



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

EDGINA MAGALLY ALVES VITORINO

**O PEDAGOGO E A MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA EM CASAS DE ACOLHIMENTO:  
UMA EXPERIÊNCIA DO PET/CONEXÕES DE SABERES - PROTAGONISMO  
JUVENIL EM PERIFERIAS URBANAS**

**João Pessoa  
2018**

EDGINA MAGALLY ALVES VITORINO

**O PEDAGOGO E A MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA EM CASAS DE ACOLHIMENTO:  
UMA EXPERIÊNCIA DO PET/CONEXÕES DE SABERES - PROTAGONISMO  
JUVENIL EM PERIFERIAS URBANAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba como requisito obrigatório para obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia.  
Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Quézia Vila Flor Furtado

**João Pessoa/PB**

**2018**

**Catálogo na publicação**  
**Seção de Catalogação e Classificação**

V845p Vitorino, Edgina Magally Alves.

O Pedagogo e a Mediação Pedagógica em Casas de Acolhimento : Uma experiência do PET/Conexões de Saberes - Protagonismo Juvenil em Periferias Urbanas / Edgina Magally Alves Vitorino. - João Pessoa, 2018.  
58 f.

Orientação: Quêzia Villa Flôr Furtado Furtado.  
Monografia (Graduação) - UFPB/Educação.

1. Pedagogo;Mediação;Adolescentes;Casa de Acolhimento.  
I. Furtado, Quêzia Villa Flôr Furtado. II. Título.

UFPB/BC

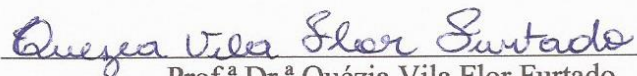
EDGINA MAGALLY ALVES VITORINO

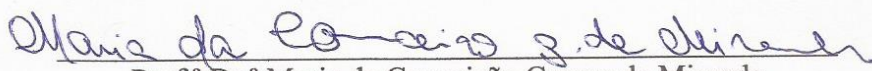
O PEDAGOGO E A MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA EM CASAS DE ACOLHIMENTO:  
UMA EXPERIÊNCIA DO PET/CONEXÕES DE SABERES - PROTAGONISMO  
JUVENIL EM PERIFERIAS URBANAS

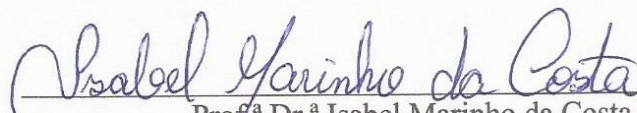
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a coordenação do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, realizado no centro de educação da Universidade Federal da Paraíba como requisito obrigatório para obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia.

Aprovado em: 05/11/2018

**BANCA EXAMINADORA**

  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Quézia Vila Flor Furtado  
Universidade Federal da Paraíba  
(Orientadora)

  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria da Conceição Gomes de Miranda  
Universidade Federal da Paraíba  
(Membro da Banca Examinadora)

  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Isabel Marinho da Costa  
Universidade Federal da Paraíba  
(Membro da Banca Examinadora)

Eu aprendi que não podemos mudar todas as coisas, mas com dedicação e amor podemos transformar algumas delas. Gratidão ao Senhor meu Deus por todos os seus feitos e minha filha por me acompanhar nestes anos de graduação.

## **AGRADECIMENTOS**

Inicialmente eu agradeço a Deus por ter sido meu provedor, durante esses 4 anos de graduação, ao qual senão fosse através da fé jamais poderia ter chegado até aqui. Porque creio que tudo é possível para aqueles que creem.

À minha mãe, Maria das Neves, que faleceu este ano, e mesmo tendo estudado até a 4ª série do ensino fundamental, sempre me incentivou e me direcionou para estudar, acreditando e confiando que seria o melhor para minha vida. E que de fato foi. À ela toda minha gratidão.

Ao meu pai, Luiz Aves, que também me motivou e que também possui apenas até a 4ª série do ensino fundamental, que mesmo com seu jeito militar de ser, me impulsionou a valorizar o aprendizado.

Ao meu companheiro Elielson Menezes, que estive ao meu lado durante esses 4 anos, e tem me fortalecido e ajudado nas minhas atividades acadêmicas e com a minha filha Hasya, para que eu pudesse dar continuidade a graduação.

À minha querida filha Hasya que durante esses 4 anos, tornou-se aluna do meu curso de graduação, pois assistiu aulas comigo, participou de atividades e projetos, viajou na minha companhia para congressos, e não reclamou e sempre estava feliz pelo simples fato de estar ao meu lado. Por toda sua compreensão, mesmo sendo criança, entendeu as vezes que tive que estudar no computador e nos abstermos de sair para passear.

Às minhas amigas que durante este período acadêmico se tornaram uma família para mim, em especial Fabiana Figueiredo, Aline Freire, Eliane Magaly, Dayana Lacet, Joice Branco. Juntas compartilhamos risos, vitórias, choros e as aflições que são comuns na vida acadêmica.

À minha orientadora e professora Quézia Vila Flor por ter confiado e acreditado em mim em todos esses anos como aluna, voluntária e bolsista. Sem a oportunidade que recebi de participar do PET-Protagonismo Juvenil em Periferias Urbanas não sei o que seria da minha vida acadêmica. Tenho uma profunda gratidão, pois foi a partir dessa experiência que pude nortear com sentido a minha vida trajetória na academia. Agradeço por toda a paciência, com os entraves que ocorreram na minha vida pessoal durante este percurso, e por nunca ter desistido de acreditar que eu poderia conseguir, suas doces palavras e maturidade, me fizeram acreditar em mim mesma, se tornando para mim uma referência de pessoa e profissional na qual me espelharei em minha carreira como futura docente.

Agradeço também aos professores que fazem parte dessa banca: professoras Conceição e Isabel Marinho, por terem aceitado o convite de participarem da minha banca. Ambas são exemplos de mulheres docentes pesquisadoras e empoderadas. Agradeço a professora Isabel, que me orientou para produção do livro e despertou a minha escrita acadêmica de forma mais científica.

Embora tenham ocorrido momentos bons e momentos ruins ao longo do percurso acadêmico, é como sempre diz minha querida saudosa professora Carmem Sevilla, “Sempre nós e nossas circunstâncias”.

*“É preciso diminuir a distância entre o que se  
diz e o que se faz, até que num dado momento,  
a tua fala seja a tua prática”*

*(Paulo Freire)*



## RESUMO

VITORINO, Edgina Magally Alves. **O pedagogo e a mediação pedagógica em casas de acolhimento:** uma experiência do PET/Conexões de Saberes - Protagonismo Juvenil em Periferias Urbanas. 2018. 58 f. Trabalho de Conclusão (Licenciatura Plena em Pedagogia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018.

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) verificou sobre a importância do pedagogo e a mediação e tem como objetivo geral analisar a importância do pedagogo na mediação pedagógica em casas de acolhimento; e como objetivos específicos reconhecer a realidade de casas de acolhimento como espaços não escolares, averiguar a necessidade de mediação pedagógica nas casas de acolhimento e identificar o acompanhamento pedagógico personalizado como estratégia de mediação pedagógica. Os fundamentos teóricos da pesquisa contemplam o contexto histórico da atuação do pedagogo em espaços formais e não formais, assim como a mediação e a mediação pedagógica no contexto educacional, utilizando como a parte teórica Libâneo (1998), Charlot (2000), Paulo Freire (1996), Vygotsky (1988), Raoport e Silva (2013), Viegas (2007), Costa I.M. (2013). Além do levantamento bibliográfico foram consultados documentos como: Projeto Político Pedagógico do curso de pedagogia da UFPB (2006), CONANDA - CNAS (2009), PNAS (2004) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990). Uma pesquisa qualitativa, exploratória-descritiva a qual teve como fonte de pesquisa entrevistas áudio gravadas com adolescentes residentes em casas de acolhimento e questionários feitos aos coordenadores das Casas de Acolhimento. Os dados da pesquisa foram analisados de acordo com a técnica de Análise qualitativa (GIL, 2008). Os resultados obtidos indicam que nós enquanto profissionais pedagogos que atuaram através da mediação pedagógica com adolescentes em casas de acolhimento, além de gerar vínculo afetivo, contribuíram para o desenvolvimento da autonomia e empoderamento nos assuntos escolares e sociais dos adolescentes, proporcionando desenvolvimento cognitivo e de relações sociais dos mesmos, agindo com relevância nas reflexões acerca da educação e do processo de ensino-aprendizagem.

**Palavras-chave:** Pedagogo; Mediação; Adolescentes; Casas de Acolhimento.

## **ABSTRACT**

VITORINO, Edgina Magally Alves. **Pedagogical and pedagogical mediation in foster homes: an experience of PET / Connections of Knowledge - Juvenile Protagonism in Urban Peripheries**. 2018. 58 f. Completion Work (Full Degree in Pedagogy) - Federal University of Paraíba, João Pessoa, 2018

The present Conclusion of the Course (TCC) verified the importance of the pedagogue and mediation and has as general objective to analyze the importance of the pedagogue in pedagogical mediation in shelters; and as specific objectives to recognize the reality of shelters as non-school spaces, ascertain the need for pedagogical mediation in the host houses and identify the personalized pedagogical accompaniment as a pedagogical mediation strategy. The theoretical foundations of the research contemplate the historical context of the pedagogical activity in formal and non-formal spaces, as well as mediation and pedagogical mediation in the educational context, using as the theoretical part Libâneo (1998), Charlot (2000), Paulo Freire (1996), Vygotsky (1988), Raoport e Silva (2013), Viegas (2007), Costa IM (2013). In addition to the bibliographical survey, documents such as: Pedagogical Political Project of the pedagogy course of the UFPB (2006), CONANDA - CNAS (2009), PNAS (2004) and the Child and Adolescent Statute (1990) were consulted. A qualitative, exploratory-descriptive research that had as its research source recorded audio interviews with adolescents residing in shelters and questionnaires made to host house coordinators. The data of the research were analyzed according to the qualitative analysis technique (GIL, 2008). The results indicate that we as pedagogical professionals who worked through pedagogical mediation with adolescents in foster homes, besides generating affective bond, contributed to the development of autonomy and empowerment in the school and social subjects of the adolescents, providing cognitive development and relationships social, thereby acting with relevance in the reflections about education and the teaching-learning process.

**Keywords:** Pedagogist; Mediation; Adolescents; Houses of reception

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FUNABEM	Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor
SAM	Serviço de Assistência aos Menores
SAICA	Serviço de Acolhimento Institucional Para Crianças e Adolescentes
SESU	Secretaria de Educação Superior
PET	Programa de Educação Tutorial

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>2 O PROGRAMA DE EDUCAÇÃO TUTORIAL - PET/CONEXÕES DE SABERES</b>	<b>14</b>
2.1 O PROGRAMA DE EDUCAÇÃO TUTORIAL - PET/CONEXÕES DE SABERES: PROTAGONISMO JUVENIL EM PERIFERIAS URBANAS .....	14
2.2 ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL NO BRASIL .....	16
2.3 ATUAÇÕES NO PET/CONEXÕES DE SABERES: PROTAGONISMO JUVENIL EM PERIFERIAS URBANAS .....	20
<b>3 ATUAÇÃO DO PEDAGOGO NA EDUCAÇÃO .....</b>	<b>22</b>
3.1 O CURSO DE PEDAGOGIA E O PEDAGOGO .....	22
3.2 ESPAÇOS FORMAIS E NÃO FORMAIS NA EDUCAÇÃO .....	25
3.3 ATUAÇÃO DO PEDAGOGO EM ESPAÇOS FORMAIS E NÃO FORMAIS.....	29
<b>4 A MEDIAÇÃO E A MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA NO CONTEXTO EDUCACIONAL</b> <b>.....</b>	<b>32</b>
4.1 SURGIMENTO E CONCEITOS DE MEDIAÇÃO .....	32
4.2 A MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA NO CONTEXTO EDUCACIONAL .....	33
<b>5 CENÁRIO DA PESQUISA E PERCURSO METODOLÓGICO .....</b>	<b>39</b>
5.1 CENÁRIO DA PESQUISA .....	41
<b>5.1.1 SUJEITOS DA PESQUISA.....</b>	<b>42</b>
<b>6 . ANALISANDO A ATUAÇÃO DO PEDAGOGO ATRAVÉS DA MEDIAÇÃO</b> <b>PEDAGÓGICA: ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....</b>	<b>43</b>
6.1 O ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO PERSONALIZADO COMO ESTRATÉGIA DE MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA .....	43
6.2 A NECESSIDADE DE MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA NAS CASAS DE ACOLHIMENTO.....	46
6.3 CONSIDERAÇÕES ÉTICAS DA PESQUISA .....	49
<b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>50</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>52</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>54</b>
APÊNDICE “A” .....	54
APÊNDICE “B” .....	55
APÊNDICE “C” .....	57

## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho surgiu a partir do contato com adolescentes que vivenciaram situações de violação dos seus direitos e atualmente residem em acolhimento institucional, pois viveram em suas famílias situações de vulnerabilidade social, física e/ou psicológica e foram encaminhadas para os Serviços de Proteção Social de Alta Complexidade, para garantia de proteção integral.

Acontecendo de os vínculos familiares serem rompidos ou fragilizados, as crianças e adolescentes são encaminhadas a esse serviço de proteção, pois a quebra de vínculo com a família geradora é um processo árduo para esses indivíduos causando-lhes um grande impacto no seu desenvolvimento social, emocional e consequentemente cognitivo.

Nossa atuação se inicia no ano de 2017, em casas de acolhimento, oportunizada pelo PET/Conexões de Saberes - Protagonismo Juvenil em Periferias Urbanas e subprojeto LEHIA - Letramento e Escolarização a partir das Histórias Individuais para a Autonomia.

Neste projeto tivemos contato com vários adolescentes que vivenciaram situações de fracasso escolar ao longo da sua vida, além de possuírem auto estima baixa e demonstrarem certa desmotivação com o processo educacional em que estavam inseridos. Então a partir desse contato e das atividades de intervenção junto a esses adolescentes, que aconteciam sob orientação da professora tutora Dr.<sup>a</sup> Quézia Vila Flor Furtado, mais especificamente para as atividades de atuação do Pedagogo.

Em nossa atuação no projeto junto aos adolescentes, tivemos a função de mediadora pedagógica na qual, através do Acompanhamento Pedagógico Personalizado, realizamos atividades de intervenção de aprendizagem junto a estes. Inicialmente acompanhamos duas adolescentes, uma com 13 anos que estudava no 7º ano e outra com 17 anos que fazia o 8º ano. Esse acompanhamento acontecia duas vezes por semana, por cerca de duas horas para cada adolescente de forma personalizada.

As atividades eram propostas a partir de uma diagnose realizada com as adolescentes, como também uma visita a escola, para conversarmos com diretores e professores e sabermos o desempenho escolar delas. A partir desses dados, observamos a distorção idade/ano, baixa escolaridade e problemas de relacionamento na escola e casa de acolhimento, onde residiam. Diante desses entraves iniciávamos as atividades de intervenção, na busca do protagonismo desses adolescentes.

Passamos cerca de um ano juntas. Nesta mediação pedagógica, a adolescente de 17 anos completou 18 e foi desligada da casa, indo morar com seu namorado; então, continuamos a

mediação com a adolescente de 13 anos que cerca de uns seis meses depois evadiu<sup>1</sup> da casa de acolhimento. Quando a adolescente que completou 18 anos foi desligada da casa, começamos a acompanhar outra adolescente de 17 anos, durante um período de 1 ano. Observamos durante o processo de mediação uma carência afetiva latente, como também a necessidade de um acompanhamento nas dificuldades escolares, pessoais e sentimentais. Dessa forma, a cada semana contribuíamos de forma significativa na vida dessas adolescentes, que estão sob os cuidados da justiça aguardando uma definição sobre sua situação junto a família, adoção ou até mesmo a permanência na casa até os 18 anos.

No momento da mediação pedagógica, realizávamos atividades de acordo com as especificidades das adolescentes, considerando que elas eram repetentes e observando que muitas vezes o único dia que elas estudavam era no dia que estávamos juntas para a mediação, o que gerava um acúmulo de atividades e dúvidas. A dificuldade em matemática era contínua e o relacionamento com os professores e direção não estava bom, devido ao comportamento das mesmas, pois há uma resistência em cumprir algumas regras na escola e da sala de aula gerando discussões com professores e colegas, o que ocasionava suspensões. Nessas suspensões, geralmente a aluna ficava três dias sem ir para escola, o que prejudica ainda mais o seu desempenho escolar.

Se faz necessário esse Acompanhamento Pedagógico Personalizado, através da mediação pedagógica, pois além de gerar vínculo afetivo, contribui para o desenvolvimento da autonomia e empoderamento nos assuntos escolares e sociais desses adolescentes, proporcionando desenvolvimento cognitivo e de relações sociais dos mesmos, agindo com relevância nas reflexões acerca da educação e do processo de ensino-aprendizagem, que são trabalhadas nas casas de acolhimento. No ano de 2017, as adolescentes passaram de ano, o que é uma vitória na vida destas que quase cotidianamente sentem-se excluídas e estereotipadas por serem residentes em casas de acolhimento. Já podíamos observar o envolvimento e interesse por outras atividades escolares e sociais, contribuindo para formação cidadã dessas adolescentes.

Ressaltamos a importância na formação docente, pois esta contribuiu possibilitando todo arcabouço teórico e a práxis que foram vivenciadas, contínuas e inseparáveis neste processo para o desenvolvimento das competências e habilidades profissionais. Pois oportunizou entender a indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e extensão. A partir destes

---

<sup>1</sup> Evadiu. É um termo que os educadores e coordenadores da casa mencionam quando a adolescente se evade, ou seja, foge, sai, vai para rua ou casa de amigos. Esses adolescentes não vivem presos, porém nas casas, existem algumas regras e as vezes, esses adolescentes querem experimentar outro tipo de liberdade.

projetos que foram desenvolvidas e ações junto aos tutores e professores orientadores para promoção da superação de dificuldades e necessidades de aprendizagem dos adolescentes residentes em casas de acolhimento, bem como o incentivo à apropriação do rigor científico enquanto cientistas em suas áreas de estudo e no avanço da ampliação de políticas que promovam a qualidade da educação.

Por estes motivos e inquietações este trabalho teve como objetivo geral em: Analisar a importância do pedagogo na mediação pedagógica em casas de acolhimento. E objetivos específicos: Reconhecer a realidade de casas de acolhimento como espaços não escolares; averiguar a necessidade de mediação pedagógica nas casas de acolhimento e identificar o acompanhamento pedagógico personalizado como estratégia de mediação pedagógica.

Este trabalho de conclusão de curso está organizado do seguinte modo: o primeiro capítulo apresenta a introdução. O segundo capítulo apresenta o Programa de Educação Tutorial (PET), nossa atuação no mesmo e o acolhimento institucional no Brasil. O terceiro capítulo traz a atuação do pedagogo na educação. No quarto capítulo trazemos a mediação e mediação pedagógica. No quinto capítulo, caracterizamos a metodologia que foi usada para desenvolver a pesquisa, o cenário da pesquisa, descrevendo os sujeitos participantes e o *locus* de desenvolvimento da mesma. Por fim, no sexto capítulo as análises e considerações a que chegamos, até este momento, com a realização do estudo.

## **2 O PROGRAMA DE EDUCAÇÃO TUTORIAL - PET/CONEXÕES DE SABERES**

De acordo com o Ministério da Educação, o Programa de Educação Tutorial, PET, surgiu a partir da portaria Nº 01/2006 e portaria nº 976/2010, com o objetivo de desenvolver ações inovadoras que ampliem a troca de saberes entre as comunidades populares e a universidade, valorizando o protagonismo dos estudantes universitários beneficiários das ações afirmativas no âmbito das Universidades públicas brasileiras, contribuindo para a inclusão social de jovens oriundos das comunidades do campo, quilombola, indígena e em situação de vulnerabilidade social. O Ministro de Estado da Educação, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto na Lei nº 11.180, de 23 de setembro de 2005, resolve:

Art. 1º O Programa de Educação Tutorial PET reger-se-á pelo disposto na Lei nº 11.180 de 23 de setembro de 2005, e nesta Portaria, bem como pelas demais disposições legais aplicáveis.

Art. 2º O PET constitui-se em programa de educação tutorial desenvolvido em grupos organizados a partir de cursos de graduação das instituições de ensino superior do País, orientados pelo princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, que tem por objetivos:

- I - Desenvolver atividades acadêmicas em padrões de qualidade de excelência, mediante grupos de aprendizagem tutorial de natureza coletiva e interdisciplinar;
- II - Contribuir para a elevação da qualidade da formação acadêmica dos alunos de graduação;
- III - estimular a formação de profissionais e docentes de elevada qualificação técnica, científica, tecnológica e acadêmica;
- IV - Formular novas estratégias de desenvolvimento e modernização do ensino superior no país;
- e V - estimular o espírito crítico, bem como a atuação profissional pautada pela cidadania e pela função social da educação superior.

De acordo com o Ministério da Educação, o programa tem ações em ofertar curso de formação, extensão e pesquisa, além de,

o § 1º Os grupos PET serão criados conforme processo de seleção definido em edital da Secretaria de Educação Superior – SESU do Ministério da Educação.

§ 2º A expansão dos grupos PET deverá estimular a vinculação dos novos grupos à áreas prioritárias e à políticas públicas e de desenvolvimento, assim como a correção de desigualdades regionais e a interiorização do programa.

Art. 3º. O PET organizar-se-á academicamente a partir das formações em nível de graduação, mediante a constituição de grupos de estudantes de graduação, sob a orientação de um professor tutor.

### **2.1 O PROGRAMA DE EDUCAÇÃO TUTORIAL - PET/CONEXÕES DE SABERES: PROTAGONISMO JUVENIL EM PERIFERIAS URBANAS**

O projeto Protagonismo Juvenil em Periferias Urbanas está vinculado ao PET/Conexões de Saberes com o subprojeto LEHIA- Letramento e Escolarização a partir de Histórias



Individuais para Autonomia - Acompanhamento Pedagógico.

De acordo com o artigo do projeto Protagonismo Juvenil em Periferias Urbanas de março 2017, tendo como tutora a professora Dr.<sup>a</sup> Quézia Vila Flor Furtado, este projeto propõe ações para promoção do protagonismo juvenil em periferias urbanas, na perspectiva de contribuir com a formação de estudantes de graduação pela aprendizagem tutorial de natureza coletiva e interdisciplinar, tendo como campo de atuação Casas de Acolhimento, nas quais residem crianças e adolescentes advindas de periferias e em situação de vulnerabilidade social. O subprojeto LEHIA - Letramento e Escolarização a partir de Histórias Individuais para Autonomia - Acompanhamento Pedagógico, contribui na orientação para identificarmos as necessidades e dificuldades de aprendizagem dos adolescentes residentes em casas de acolhimento, criando estratégias didático-pedagógicas na contribuição de superação dessas dificuldades e necessidades de aprendizagem.

Através de um grupo que a tutora trabalhou como voluntária, junto ao Projeto Caminhar do Programa Cidade Viva<sup>2</sup>, foi identificado que os adolescentes participantes do projeto têm distorção idade/ano, estando em nível de 5º ou 6º ano em condições de analfabetismo funcional. São adolescentes que quando se candidatam às vagas de primeiro emprego, como por exemplo através do Programa Jovem Aprendiz, não contemplam os critérios de exigência, tanto em nível de escolarização como em nível de competências e atribuições para o cargo necessário.

O projeto PET tem como objetivo possibilitar a formação acadêmica e cidadã de discentes das diferentes áreas do conhecimento contemplando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, através de ações de cooperações e fortalecimentos do protagonismo juvenil em periferias urbanas. Possibilitando espaços de pesquisa e de intervenção com grupos populares de adolescentes residentes em casas de acolhimento; contribuindo com a formação de profissionais que estejam aptos a desenvolver projetos de pesquisa e de intervenção mediante situações de fracasso escolar e exclusão social; promovendo grupos de estudo pautados na perspectiva de Educação Popular, Situação de fracasso e exclusão social e aprendizagens significativas; estimulando produção científica a partir das experiências e aprendizagens teórico-metodológicas desenvolvidas no projeto; contribuindo com o desenvolvimento do pensamento crítico e reflexivo mediante as situações de exclusão social, fundamentadas pela cidadania e intervenção social; estimulando a criação de novas práticas educativas em

---

<sup>2</sup> Programa que faz parte da Fundação Cidade Viva, e atua no atendimento e cuidado às crianças que se encontram em instituições de acolhimento da cidade, em todas as suas necessidades afetivas e físicas, através de projetos que buscam integrá-las à sociedade, possibilitando a criação de vínculos afetivos e referências com pessoas fora da Instituição de acolhimento.

contribuição a superação de situações de fracasso escolar e exclusão social; Possibilitando a difusão da educação e dificuldades da educação tutorial como prática de formação na graduação; investigando e identificando as necessidades e dificuldades de aprendizagem dos adolescentes com distorção idade/ano das casas de acolhimento; promovendo grupos de estudo e ações de intervenção diante das dificuldades e necessidades de aprendizagem; realizando acompanhamento didático-pedagógico dos adolescentes; desenvolvendo ações de superação das dificuldades e necessidades de aprendizagem.

Ciente do compromisso social que este projeto se propõe, as ações metodológicas se orientam pela própria condução que a Educação Popular se pauta, em possibilitar ao sujeito a saída de uma consciência ingênua para uma consciência crítica da realidade. O cronograma do projeto segue as especificações da: História de vida dos adolescentes em uma perspectiva Freiriana; letramento, na atuação específica das áreas de Pedagogia, Psicopedagogia e Letras; escolarização, a partir das diferentes áreas de conhecimento escolares; autonomia, atuação específica das áreas de Direito, Comunicação e Saúde.

Além de todas essas atividades, o projeto possui ações que envolvem todos os participantes: Oficinas de leitura e escrita nas casas de acolhimento com os adolescentes, oficinas com adolescentes na Universidade Federal da Paraíba, oficinas de orientação para a vida nas casas de acolhimento com os adolescentes e acompanhamento pedagógico personalizado através da mediação pedagógica.

## 2.2 ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL NO BRASIL

De acordo com o previsto em lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, o sistema de acolhimento institucional atual tem como proposta uma articulação com as redes assistenciais disponíveis, com objetivo de reintegrar crianças e adolescentes às famílias de origem ou, caso a primeira opção não seja possível, colocá-los em família substituta. Os serviços passaram a ser considerados medidas protetivas, sob caráter excepcional e provisório. O encaminhamento deve ocorrer apenas quando todos os recursos que visem à manutenção na família de origem estiverem esgotados e não deve ser motivado apenas pela carência de recursos socioeconômicos. É uma tentativa de romper com a cultura de afastamento da criança e do adolescente do núcleo de origem frente a qualquer situação de vulnerabilidade social, risco ou pobreza. Em casos de violência praticada por familiar ou responsável, por exemplo, é o agressor quem pode ser afastado da moradia comum.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) instituiu as medidas de proteção à criança e ao adolescente, que “são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei

forem ameaçados ou violados: por ação ou omissão da sociedade ou do Estado; por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável; em razão de sua conduta” (BRASIL, 2009). Sendo assim, possivelmente pode ser aplicada pelas autoridades competentes a medida protetiva de acolhimento institucional.

De acordo com o parágrafo nº 1º do artigo nº 101 e do ECA (BRASIL, 2009): “O acolhimento institucional e o acolhimento familiar são medidas provisórias e excepcionais, utilizáveis como forma de transição para reintegração familiar ou, não sendo esta possível, para colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade”.

Sabendo-se que o acolhimento institucional só é realizado mediante a autorização judiciária com a ciência do Ministério Público e após ser analisado por uma equipe técnica, atentando para que seja garantido todos os direitos da criança ou adolescente que será acolhido, destaca-se segundo o Art. 92 do ECA (BRASIL, 2009) que

as entidades que desenvolvam programas de acolhimento familiar ou institucional deverão adotar os seguintes princípios:

- I. Preservação dos vínculos familiares;
- II. Integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família de origem;
- III. Atendimento personalizado e em pequenos grupos;
- IV. Desenvolvimento de atividades em regime de coeducação;
- V. Não desmembramento de grupos de irmãos;
- VI. Evitar, sempre que possível, a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados;
- VII. Participação na vida da comunidade local;
- VIII. Preparação gradativa para o desligamento;
- IX. Participação de pessoas da comunidade no processo educativo.

De acordo com o ECA, essas recomendações devem ser seguidas atentando para as repercussões que a institucionalização ocasionará tanto no acolhido quanto para a sua família, buscando sempre alternativas que prezem pelo menor prejuízo nos processos pessoais e intelectuais da criança ou adolescente. A preocupação quanto à reinserção familiar deve acontecer desde o momento que a criança se encontra institucionalizada, esse processo deve ser fortalecido e todos os esforços devem ser realizados para preservar o convívio familiar.

O processo de perda do poder da família só é iniciado quando não há possibilidade de retorno à família de origem. Só quando todos os recursos legais forem zerados as crianças e adolescentes podem ser considerados aptos a adoção.

Pesquisas que foram realizadas no ano de 2003 com o intuito de conhecer o perfil e como funcionam as instituições que acolhem crianças e adolescentes destacam, segundo o Levantamento Nacional de abrigos para Crianças e Adolescentes da Rede de Serviços de Ação Continuada (SAC) realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), a nível nacional, a Região Sudeste com o maior número de instituições de acolhimento seguido das

Regiões Sul e Nordeste. Ainda de acordo com esse levantamento os principais motivos para a criança ou adolescente continuarem na instituição de acolhimento e não retornarem a suas famílias de origem são: abandono (18,9%), pobreza (24,2%), violência doméstica (11,7%) e dependência química dos pais ou responsáveis, incluindo o alcoolismo (11,4%).

Como os dados mostram, a pobreza é o principal motivo que levam crianças e adolescentes à medida de acolhimento institucional, sendo importante ressaltar o que é colocado no artigo 23 do ECA (BRASIL, 2009) de que a “falta ou a carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a perda ou suspensão do poder familiar” e “não existindo outro motivo que por si só autorize a decretação da medida, a criança ou o adolescente será mantido em sua família de origem, a qual deverá obrigatoriamente ser incluída em serviços e programas oficiais de proteção, apoio e promoção”.

O Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa da Criança e Adolescente à Convivência Familiar e Comunitária (BRASIL, 2006) traz que as pessoas que trabalham em programas de acolhimento institucional e mesmo as famílias acolhedoras devem ter sempre firme a ideia de que as crianças e adolescentes abrigadas estão nessa condição não por opção, mas justamente por falta de opção! Por não poderem estar com sua família, por terem sofrido alguma violência, por seus pais ou responsáveis não disporem de condições de maternagem ou paternagem<sup>3</sup> naquele momento. O que precisa funcionar: as crianças e os adolescentes que são encaminhados às entidades de acolhimento apresentam um quadro de fragilidade física e/ou emocional, configurando a necessidade de um atendimento que não se limite aos procedimentos administrativos, mas de atenção e cuidados para que não sejam revitimizados.

Crianças e adolescentes poderão receber medida protetiva de abrigo aplicada pelo Juiz da Vara da Infância e da Juventude ou pelo Conselho Tutelar. O desabrigo da criança e/ou do adolescente ocorrerá por determinação da autoridade competente, que deverá acompanhar o desenvolvimento desta e a situação da família através de relatórios.

Essas crianças e adolescentes se encontram desprotegidas, em situação de risco, vulnerabilidade, exclusão social e precisam de proteção, apoio e afeto. Justamente por sua condição de vulnerabilidade é que precisam de atenção especializada.

O desligamento da instituição da criança ou do adolescente é outro fator importantíssimo, e na maioria dos casos um entrave para esta. Consideramos isto de acordo com as orientações técnicas de serviço de acolhimento para crianças e adolescentes (BRASIL, 2009, p.60):

---

<sup>3</sup> Essa linguagem se refere a condição da função da mãe e do pai, que exercem um papel importantíssimo na vida da criança e do adolescente.

o serviço de acolhimento deve promover um processo de desligamento gradativo, com o preparo da criança/adolescente, oportunizando-lhe a despedida necessária do ambiente, dos colegas, dos educadores/ cuidadores e dos demais profissionais. Além da criança e do adolescente, devem ser previamente preparados também os educadores/cuidadores e demais crianças/adolescentes com as quais tenham mantido contato em razão do acolhimento, assim como todos os membros das famílias acolhedoras. Nesse sentido, podem ser viabilizados rituais de despedida, atividades em grupo com as crianças e os adolescentes para tratar do desligamento, etc. É importante que a família de origem (natural ou extensa) ou a família adotiva sejam acompanhadas após a saída da criança/adolescente do serviço.

Outra forma de desligamento da instituição acontece quando no período de institucionalização o adolescente não restabeleceu seus vínculos familiares e comunitários e não foi direcionado para uma família substituta. Dessa forma o desligamento institucional deve acontecer obrigatoriamente quando esse acolhido atingir a maioridade.

Essas orientações precisam ser estabelecidas segundo a cultura local e a realidade na qual o serviço de acolhimento está inserido para que não perca qualidade, garantido a integridade física e psicológica da criança e do adolescente. Entre as modalidades de acolhimento que são oferecidas, pudemos ter contato com Abrigos Institucionais que são conhecidas como Casas de Acolhimento no município de João Pessoa. Conforme as Orientações Técnicas (BRASIL, 2009, p. 67), o abrigo institucional é definido como:

Serviço que oferece acolhimento provisório para crianças e adolescentes afastados do convívio familiar por meio de medida protetiva de abrigo (ECA, Art. 101), em função de abandono ou cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção, até que seja viabilizado o retorno ao convívio com a família de origem ou, na sua impossibilidade, encaminhamento para família substituta. O serviço deve ter aspecto semelhante ao de uma residência e estar inserido na comunidade, em áreas residenciais, oferecendo ambiente acolhedor e condições institucionais para o atendimento com padrões de dignidade. Deve ofertar atendimento personalizado e em pequenos grupos e favorecer o convívio familiar e comunitário das crianças e adolescentes atendidos, bem como a utilização dos equipamentos e serviços disponíveis na comunidade local.

Esse serviço deve atender a crianças e adolescentes com idade entre 0 a 18 anos sob medida protetiva de abrigo com um número máximo de 20 crianças e adolescentes por instituição. As Casas não devem ter indicações por placas, para evitar que hajam aspectos negativos que estigmatizem as crianças e adolescentes que ali residem. Importante salientar algumas especificidades dessa modalidade de acolhimento que devem ser evitadas, tais como:

Adotar faixas etárias muito estreitas, direcionar o atendimento apenas a determinado sexo, atender exclusivamente ou não atender crianças e adolescentes com deficiência ou que vivam com HIV/AIDS. A atenção especializada, quando necessária, deverá ser assegurada por meio da articulação com a rede de serviços, a qual poderá contribuir, inclusive, para capacitação específica dos cuidadores. O atendimento especializado, quando houver e se justificar pela possibilidade de atenção diferenciada a vulnerabilidades específicas, não deve prejudicar a convivência de crianças e adolescentes com vínculos de parentesco (irmãos, primos, etc.), nem se constituir motivo de discriminação ou segregação. Desta forma, a organização da rede local de serviços de acolhimento deverá garantir que toda criança ou adolescente que necessite de acolhimento receberá atendimento e que haverá diversificação dos serviços

ofertados, bem como articulação entre as políticas públicas, de modo a proporcionar respostas efetivas às diferentes demandas dos usuários (BRASIL, 2009, p. 68).

Os abrigos institucionais com os quais tivemos contato seguiam esse modelo de funcionamento, localizados em áreas residências de bairros da cidade de João Pessoa atentavam para que esses direitos fossem garantidos as crianças e adolescentes que ali estavam. Especificamente a casa de acolhimento que frequentamos, acompanhando duas adolescentes, uma com 14 anos e outra com 17 anos, era aberta apenas para receber meninas. Tinham abrigadas cinco crianças e quatro adolescentes, em um total de nove acolhidas. A casa possuía uma coordenadora, assistente social e psicóloga, além dos educadores que se revezam em plantões.

### 2.3 ATUAÇÕES NO PET/CONEXÕES DE SABERES: PROTAGONISMO JUVENIL EM PERIFERIAS URBANAS

A nossa atuação nas casas de acolhimento oportuniza-se através do Programa de Educação Tutorial (PET) /CONEXÕES DE SABERES – Protagonismo Juvenil em Periferias Urbanas, e subprojeto LEHIA - Letramento e Escolarização a partir das Histórias Individuais para a Autonomia. Já estamos no projeto há 2 anos, a princípio acompanhamos uma adolescente de 13 anos, que atualmente se encontra evadida da casa, e outra de 17 anos, que fez maior idade e mora com o namorado, a casa onde elas estavam abrigadas era na Casa de Acolhidas Feminina, localizada em um bairro de João Pessoa que possui uma coordenadora, assistente social e psicóloga, além dos educadores que cumprem plantão.

Ha cerca de um ano acompanhamos uma adolescente com 17 anos, que cursa o 9º do ensino Fundamental no turno da tarde em uma escola pública da cidade, ela possui distorção idade/ano e muitas dificuldades de aprendizagens. Este acompanhamento se dá pelo Acompanhamento Pedagógico Personalizado<sup>4</sup> realizado através da mediação pedagógica e acontece geralmente duas vezes na semana por cerca de duas horas, essa mediação é personalizada com a adolescente, ou seja, é individual, entre a mediadora e a adolescente. Sendo assim um momento bastante proveitoso para realizamos as atividades de leitura, escrita, cálculos e atualidades, considerando, pois o que é possível naquele momento de exclusividade com a adolescente.

Nas atividades que realizamos, incluímos as dificuldades que surgem nas disciplinas

---

<sup>4</sup> Este acompanhamento é próprio do PET-Conexões de Saberes-Protagonismo Juvenil em Periferias Urbanas, é a forma como os estudantes das graduações, atendem e acompanham os adolescentes de forma individual através da mediação pedagógica.

escolares, no caso dessa adolescente que possui muita dificuldade em matemática, revisamos os assuntos estudados em sala de aula, fizemos revisões para provas, conversamos sobre como está o relacionamento dela com os colegas de escola e da casa de acolhimento, como também com os professores da escola e educadores da casa onde ela reside. Surgiram vários entraves de relacionamento mencionados pela adolescente com professores, colegas da escola e educadores, e nessa oportunidade conversamos sobre e tentamos levar a adolescente a manter a calma, mesmo considerando sua situação de vulnerabilidade.

Realizamos também uma visita na escola, diagnosticando as notas, comportamento e atividades escolares, conversando com professores e direção para saber como está a adolescente em relação a estas problemáticas.

A adolescente expõe conflitos de cunho sentimental, relacionamento amoroso ou problemas pessoais. A partir dessas problemáticas que surgiram, elaboramos atividades planejadas e orientadas pela tutora do projeto Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Quézia Vila Flor Furtado e aplicamos essas atividades de acordo com as especificidades da adolescente, que possui dificuldades de aprendizagem e alto índice de vulnerabilidade social.

Esta adolescente no próximo ano (2019) fará 18 anos e terá que ser desligada da casa, considerando esse motivo, se tornou emergencial e importante este acompanhamento para ela, pois além de gerar vínculos afetivos, através dele foi possível desenvolver atividades que contribuíram com a autonomia e empoderamento desta que terá que ser responsável por sua própria vida.

Considera-se a importância do Acompanhamento Pedagógico Personalizado, através da mediação pedagógica, pois o mediador educacional usa estratégias didático-pedagógicas, que irão ajudar estes adolescentes no processo de ensino-aprendizagem e reflexão crítica, considerando que estes têm uma carência afetiva enorme, dificuldade na oralidade e forma de se expressar, sendo estas consequências de suas situações de vulnerabilidade social.

### **3 ATUAÇÃO DO PEDAGOGO NA EDUCAÇÃO**

O presente capítulo irá tratar a respeito da atuação do pedagogo através da mediação pedagógica em casas de acolhimento, e como este profissional contribui através do planejamento e execução de atividades pedagógicas no processo de aquisição de saberes, vinculadas à organização nos processos singulares educativos de cada educando.

#### **3.1 O CURSO DE PEDAGOGIA E O PEDAGOGO**

O profissional formado em pedagogia em sua atuação terá condições de encarregar-se da docência no campo da Educação Infantil e do Ensino Fundamental e coordenar experiências pedagógicas em educação de âmbito escolar e não escolar.

O Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba, de acordo com seu Projeto Político Pedagógico de outubro de 2006, tem como objetivo a formação de professores para exercer funções de magistério na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, na Educação de Jovens e Adultos, e/ou na Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos. As atividades docentes também compreendem participação na organização e gestão de sistemas e instituições de ensino, englobando: o planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de tarefas próprias do setor da Educação; o planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de projetos e experiências educativas não-escolares; como também a produção e difusão do conhecimento científico-tecnológico do campo educacional, em contextos escolares e não-escolares.

A Pedagogia, por meio de conhecimentos científicos, filosóficos e técnico-profissionais, examina a realidade educacional em transformação, para evidenciar objetivos e processos de intervenção metodológica e de organização referentes à transmissão, assimilação de saberes e modos de ação. Propondo o entendimento, global e deliberadamente coordenado, dos problemas educativos e, para isso, recorre aos incentivos teóricos consideráveis pelas demais ciências da educação.

O pedagogo é o profissional que atua em várias instâncias da prática educativa, indireta ou diretamente vinculadas à organização e aos processos de aquisição de saberes e modos de ação, com base em objetivos de formação humana definidos em uma determinada perspectiva. Em resumo,



A Pedagogia, mediante conhecimentos científicos, filosóficos e técnico-profissionais, investiga a realidade educacional em transformação, para explicitar objetivos e processos de intervenção metodológica e organizativa referentes à transmissão/assimilação de saberes e modos de ação. Ela visa o entendimento, global e intencionalmente dirigido, dos problemas educativos e, para isso, recorre aos aportes teóricos providos pelas demais ciências da educação (LIBÂNEO, 1997. p.10).

O perfil do graduando em Pedagogia deverá atender consistente formação teórica e diversidade de conhecimentos e práticas que se associam ao longo do curso. Evidenciando o campo teórico investigativo da educação, do ensino, de aprendizagens e do trabalho pedagógico que se efetua na ação social. A docência atinge atividades pedagógicas inerentes a processo de ensino e de aprendizagens, além de contemplar os setores de gestão dos processos educativos em ambientes escolares e não escolares. O professor é mediador de um saber e da educação e porque não dizer uma possível (re) educação das relações sociais e étnico-raciais, de preparo das funções pedagógicas e de gestão da escola.

Interessante destacar que para Libâneo (2001, p. 11), existem três tipos de pedagogos:

1) Pedagogos lato sensu, já que todos os profissionais se ocupam de domínios e problemas da prática educativa em suas várias manifestações e modalidades, são, genuinamente, pedagogos. São incluídos, aqui, os professores de todos os níveis e modalidades de ensino; 2) pedagogos stricto sensu, como aqueles especialistas que, sempre com a contribuição das demais ciências da educação e sem restringir sua atividade profissional ao ensino, trabalham com atividades de pesquisa, documentação, formação profissional, educação especial, gestão de sistemas escolares e escolas, coordenação pedagógica, animação sociocultural, formação continuada em empresas, escolas e outras instituições; 3) pedagogos ocasionais, que dedicam parte de seu tempo em atividades conexas à assimilação e reconstrução de uma diversidade de saberes.

Essa apresentação do autor a respeito dos tipos de pedagogos, nos faz destacar que o Pedagogo e a Pedagogia não estão ligados apenas ao ensino, mas ocupam mais do que questões individuais, ou seja, tratam de questões sociais, culturais e outros aspectos que são importantes para os sujeitos e sociedade. Nós, enquanto membros do curso de Pedagogia, classificamo-nos como o tipo 1, pedagogos lato sensu, pois nos consideramos genuinamente pedagogas e as várias manifestações e modalidades da educação nos inquietam para conhecer suas problemáticas e atuações. Percebe-se que a Pedagogia não se restringe apenas a escola, mas também a todos os âmbitos onde se possa haver processos educativos.

No início da década de 30, uma tradição teria se fortalecido a respeito com a influência implícita dos chamados “pioneiros da educação nova”, de que a Pedagogia não é apenas o modo de ensinar, ou que o profissional da Pedagogia estuda apenas para ensinar a crianças. Uma ideia que persiste até os dias de hoje, bem ligada ao senso comum, com o entendimento de que o curso de Pedagogia seria um curso de formação de professores para as séries iniciais da escolarização obrigatória.

O fato é que existe uma tradição na história da formação de professores no Brasil segundo a qual o pedagogo é alguém que ensina algo. No entanto, os profissionais da educação formados pelo curso de Pedagogia atuam em vários campos sociais da educação, decorrentes de novas necessidades e demandas sociais a serem reguladas profissionalmente. Alguns autores confirmam a abrangência do curso de Pedagogia, vejamos Libâneo (2001, p.6),

A ideia de conceber o curso de Pedagogia como formação de professores, a meu ver, é muito simplista e reducionista, é, digamos, uma ideia de senso comum. A Pedagogia se ocupa, de fato, com a formação escolar de crianças, com processos educativos, métodos, maneiras de ensinar, mas, antes disso, ela tem um significado bem mais amplo, bem mais globalizante. Ela é um campo de conhecimentos sobre a problemática educativa na sua totalidade e historicidade e, ao mesmo tempo, uma diretriz orientadora da ação educativa.

Dessa forma, entendemos que a o Pedagogo, não é apenas formado para ensinar, mas este fortalece o desenvolvimento e as aprendizagens para crianças, jovens, adultos, idosos, pessoas com deficiência, e que ele também é um cientista da educação, ou seja, ele é um especialista que investiga, problematiza, faz uso da criticidade, gera mentes pensantes, reflexivas e criativas. Um verdadeiro democrático, em busca da emancipação de seus educandos.

A esse respeito, Freire (1996, p.13) declara:

O educador democrático não pode negar-se o dever de, na sua prática docente, reforçar a capacidade crítica do educando, sua curiosidade, sua insubmissão. Uma de suas tarefas primordiais é trabalhar com os educandos a rigorosidade metódica com que devem se “aproximar” dos objetos cognoscíveis. E esta rigorosidade metódica não tem nada que ver com o discurso “bancário” meramente transferidor do perfil do objeto ou do conteúdo. É exatamente neste sentido que ensinar não se esgota no “tratamento” do objeto ou do conteúdo, superficialmente feito, mas se alonga à produção das condições em que aprender criticamente é possível. E essas condições implicam ou exigem a presença de educadores e de educandos criadores, instigadores, inquietos, rigorosamente curiosos, humildes e persistentes.

Freire destaca o pedagogo como um educador democrático, exatamente o que o Pedagogo no exercício da sua função deveria ser. Não se trata de uma educação bancária, transferidora de conhecimentos, mas um Pedagogo que incita a criticidade, que leva o educando a pensar. Assim a Pedagogia deveria ser, mas, infelizmente, temos relatos de alguns profissionais e educandos de que, em alguns casos, essa educação emancipadora deixa de acontecer para estar presente uma educação bancária. Mediante isto, o campo do conhecimento que se ocupa do estudo sistemático da educação, do ato educativo, da prática educativa, muito além do que métodos de ensino seria como um componente integrante da atividade humana, como fato da vida social, peculiar ao conjunto dos processos sociais dos educandos.

Não há sociedade sem práticas educativas. Pedagogia diz respeito a uma reflexão sistemática sobre o fenômeno educativo, sobre as práticas educativas, para poder ser uma

iminência orientadora do trabalho educativo. Ou seja, ela não se refere apenas às práticas escolares, mas a um imenso conjunto de outras práticas, de acordo com a singularidade e especificidade de cada sociedade.

### 3.2 ESPAÇOS FORMAIS E NÃO FORMAIS NA EDUCAÇÃO

A educação em espaços formais é desenvolvida na escola. Ela conta com espaços, objetivos, cronogramas e planejamentos determinados, ou seja, é, aquela que se aprende dentro da sala de aula, é passada por profissionais competentes e com objetivos claros. O agente de construção do saber na educação formal é o Professor. Esse espaço tem objetivos claros e específicos e são representados principalmente pelas escolas, centros de ensino, universidades, dentre outros.

A educação formal, ou espaços formais, onde está educação ocorre, depende de uma diretriz educacional centralizada como o currículo, com estruturas hierárquicas e burocráticas, determinadas em nível nacional com órgãos fiscalizadores dos ministérios da educação e ocorre em espaços sistematizados de educação, inserida no planejamento político pedagógico de uma escola e regulamentada por Lei Federal.

A Constituição Federal, promulgada em 1988, em seu Art. 205 estabelece:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Em 1996, fica estabelecida a Lei 9.394/96 das Diretrizes e Bases da Educação. Em seu artigo 26 estabelece:

Art. 26. Os currículos do ensino Fundamental e Médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.

Sendo as ações da educação formal diretamente ligadas às escolas, suas atividades são sustentadas por uma ação pedagógica intencional podendo ser desenvolvida em ambientes formais e não formais de educação. As práticas educativas da educação formal têm como objetivo a aquisição e construção de conhecimentos que atendam as demandas da contemporaneidade.

É, portanto, nos espaços educativos formais ou escolares que se desenvolve com maior frequência essa modalidade de ensino e coloca em evidência as figuras do professor e do aluno; o professor como sujeito de ensino e o aluno como sujeito de aprendizagem. O formato em que o processo ensino-aprendizagem ocorre pode se apresentar de forma bastante diferenciada

dentro de um espaço formal para outro (OLIVEIRA, 2009).

Esses espaços iniciaram-se no período colonial, sob a ação dos jesuítas e da Companhia de Jesus. Durante a ação dos jesuítas, têm-se a criação de escolas ("escolas de ler e escrever") e do programa escolar catequético para os índios.

No entanto, a educação, de forma geral, passou e passa constantemente por processos de mudanças, provocada pelos avanços das tecnologias, pelas produções incessantes de conhecimentos, pelos novos meios de comunicação que buscam atender e acompanhar as exigências do mundo contemporâneo, mediado pela globalização, que se apresenta como um novo sistema de poder.

Esse novo formato de poder se intensificou nos anos de 1980 e 1990 tornando-se mais forte no início do século XXI. Podemos dizer que a globalização é um processo econômico, social, financeiro e ambiental, que passa a estabelecer uma integração entre as sociedades a nível mundial. Com isso, desencadeou um consumismo desorganizado, desintegrando as sociedades, imperando as incertezas, ignorando as diversidades das culturas e a realidade de cada comunidade criando assim uma situação de desconforto social (GOHN, 2011). Neste cenário, ainda sobre o olhar de Gohn, essas comunidades se fecham como forma de salvaguardar a sua identidade.

No contexto político, identificamos um processo de desintegração, fazendo com que as instituições públicas percam forças e passem a prestar serviços de má qualidade, principalmente nas áreas da saúde e da educação. Para Gohn (2011), a exclusão social já não se limita às camadas populares, pois leva-se em conta a renda social, saúde, moradia e educação. Os desafios agora são os impostos pela sociedade contemporânea onde o setor econômico oprime a sociedade, afasta o cidadão de seus direitos, acelera um crescimento das desigualdades sociais e provoca um declínio na oferta de trabalho por falta de qualificação.

Neste sentido, para Libâneo (2012, p. 133), “A educação deve ser entendida como um fator de realização da cidadania, com padrões de qualidade da oferta e do produto, na luta contra a superação das desigualdades sociais e da exclusão social”.

No entanto, se refletirmos acerca das políticas educacionais e organizativas que caracterizam o mundo contemporâneo, elas apontam traços que atendem a nível global a reestruturação da economia. Porém, as mudanças nos processos de produção associam-se aos avanços das ciências e tecnologias e com superioridade do livre funcionamento do mercado, regulando a economia e forçando a uma redução do Estado quanto ao seu papel (LIBÂNEO, 2012).

As novas realidades sociais descritas por Libâneo afetam a educação de várias formas.

Esta deixa de ser o único meio de socialização dos conhecimentos técnico-científicos como preparo para a vida prática que afirma que “a escola de hoje precisa não apenas conviver com outras modalidades de educação não formal, informal e profissional, mas também articular-se e integrar-se a elas, a fim de formar cidadãos mais preparados e qualificados para um novo tempo” (LIBÂNEO, 2012, p. 63).

Só a escola não resolverá os problemas de aprendizagem. Para Charlot (2000), há questões sociais que deverão ser superadas a fim de que se possa garantir condições mínimas para o indivíduo querer aprender. Estas questões sociais geram carências afetivas que são significativas, barreiras a serem superadas e que bloqueiam e limitam as condições de aprendizagem. Nesse contexto, a questão do vínculo ganha especial relevância, à medida que denota a importância da natureza das relações que o indivíduo estabelece consigo mesmo, com seus circundantes, com o meio no qual se insere e com o conhecimento.

Sobre os fatores de que dependem a aprendizagem Scoz se refere:

A aprendizagem depende: da articulação de fatores internos e externos ao sujeito (os internos referem-se ao funcionamento do corpo como um instrumento responsável pelos automatismos, coordenações e articulações); do organismo: a infraestrutura que leva o indivíduo a registrar, gravar, reconhecer tudo que o cerca através dos sistemas sensoriais, permitindo regular o funcionamento total; do desejo; entendido como o que se refere às estruturas inconscientes, representa o motor da aprendizagem e deve ser trabalhada a partir da relação que com ela estabelece; das estruturas cognitivas, representando aquilo que está na base da inteligência, considerando-se os níveis de pensamento propostos por Piaget, da dinâmica do comportamento, que diz respeito à realidade que o cerca. Os fatores externos são aqueles que dependem das condições do meio que circunda o indivíduo (1996.p 29-30).

Os fatores externos são os responsáveis por gerar grande parte das condições necessárias para o aluno aprender. A escola tem dificuldades em trabalhar com a diversidade de elementos que a realidade produz em cada indivíduo. Pensando assim o fracasso escolar poderia ser solucionado com intervenções pedagógicas adequadas para cada realidade. A dificuldade se encontra na diversidade de realidades e na lentidão do sistema de educação em acompanhar as mudanças sociais.

A educação não formal até os anos de 1980 foi tratada como de pouca importância no Brasil, sendo vista como um processo delineado para alcançar a participação de indivíduos e grupos específicos voltados às áreas rurais. Também foi tratada como comunitária no sentido de transformar o tempo desocupado das pessoas em tempo útil de socialização, aprimoramento das habilidades, educação básica e planejamento familiar. Em sua grande maioria atendia as campanhas de alfabetização de adultos, ou seja, uma alfabetização funcional (GOHN, 2011).

A educação não-formal é mais difusa, menos hierárquica e menos burocrática. Os programas de educação não-formal não precisam necessariamente seguir um sistema sequencial

e hierárquico de “progressão”. Podem ter duração variável, e podem, ou não, conceder certificados de aprendizagem.

Maria da Gloria Gohn (2011), faz uma análise sobre os espaços não formais. Segundo seus estudos, a educação nos mais variados campos sociais é chamada de Educação não formal, e surge com mais força no Brasil na década de 1970, tendo em vista a organização de movimentos sociais que combateram a ditadura militar e posteriormente pela necessidade de garantir o empoderamento das minorias excluídas da sociedade: negros, mulheres, idosos, homossexuais, etc.

Para a Autora, a educação não formal não substitui a educação formal. É na educação formal que os saberes são sistematizados, portanto, esse formato de educação favorece a construção dos conhecimentos (GOHN, 2006). Nessa perspectiva, enquanto membros do curso de Pedagogia concordamos com a autora, pois a escola se faz necessária para o sujeito contribuindo no campo do saber sistematizado, relações sociais e vínculos. Sabemos de seus entraves no ensino-aprendizagem, mas há profissionais que desenvolvem um trabalho onde o sujeito é visto com valor e de direitos. Em contrapartida, os espaços não formais são carentes de profissionais da educação, no sentido de suas vulnerabilidades, e por isso se faz necessário a atuação, com intervenção educativa com os sujeitos que residem ou frequentam esses espaços não formais que na maioria dos casos também frequentam os espaços formais da educação.

A educação não formal, hoje, se desenvolve em diferentes espaços como associação de bairros, nas organizações que coordenam e estruturam os movimentos sociais, nas igrejas, nos sindicatos, nos partidos políticos, casas de acolhimento, hospitais, nas organizações não governamentais, nos espaços culturais, nos espaços interativos da escola formal com a sociedade, entre outras. Nesses espaços, são respeitadas as diferenças no tempo do processo ensino e aprendizagem por existir certa flexibilidade na proposta dos conteúdos. Neste formato de ensino, alguns campos são destacados, que se destinam a alfabetização e transmissão de conhecimentos que foram sistematizados de forma distinta das organizações escolares sendo a educação de jovens e adultos e educação popular. Podendo ocorrer em espaços alternativos, utiliza uma metodologia diferenciada e apresenta flexibilidade em relação aos conteúdos curriculares. Estes campos atendem grupos de trabalhadores, grupos de jovens e adultos entre outros.

### 3.3 ATUAÇÃO DO PEDAGOGO EM ESPAÇOS FORMAIS E NÃO FORMAIS

A atuação do pedagogo é fundamental diante do processo de ensino-aprendizagem que pode ocorrer em diferentes espaços sociais, seja na escola ou fora dela. Para tanto, a contribuição para a formação humana pode suceder independentemente do local, desde que se mantenha o profissional habilitado e com competências necessárias para um trabalho significativo.

Nesta concepção, podemos ressaltar que,

[...] à medida que a sociedade se tornou tão complexa, há que se expandir a intencionalidade educativa para diversos contextos, abrangendo diferentes tipos de formação necessários ao exercício pleno da cidadania. Nessa perspectiva, as referências e reflexões sobre as diversas formas e meios de ação educativa deverão também constar do rol de atribuições de um pedagogo, e, mais que isto, referendar seu papel social transformador (CARNEIRO e MACIEL, p.2).

Essa demanda da sociedade e complexidade nas questões educacionais, gerou essa necessidade de abrangência de profissionais da educação. Então a Pedagogia e o Pedagogo, se incluem nessa perspectiva de atuação em diversas áreas de carência educacional, onde os campos formais deixam a desejar no ensino-aprendizagem e na formação de sujeitos reflexivos críticos. O mercado de trabalho onde existe maior atuação do profissional Pedagogo, ainda é o do ensino formal, que ocorre na escola, dentro da sala de aula. O campo de trabalho dos profissionais licenciados cresceu quando se tornou obrigatório a contratação de pedagogos nas creches.

No entanto, a maioria dos autores citados neste trabalho de conclusão de curso se remetem a espaços formais para escolas enquanto instituição e espaços informais para espaços não escolares ou extraescolares que não são instituições, mas que desenvolvem a prática educativa.

No campo da ação pedagógica escolar, temos professores de ensino da rede pública e privada, e dentre esses tem os que as vezes exercem outros níveis de ensino e atividades fora da escola formal. Encontramos especialistas que exercem ações educativas, são eles: supervisores pedagógicos, gestores, administradores escolares, orientadores educacionais, coordenadores e etc. Além de especialistas em atividades pedagógicas atuando em órgãos públicos, clínicas de orientação, Atendimento Educacional Especializado, Educação de Jovens e Adultos e entidades de auxílio a pessoas com deficiência.

Observamos, portanto, que existe uma diversidade de práticas educativas na sociedade e, em todas elas, desde que se configurem como intencionais, está presente a ação pedagógica (LIBÂNEO, 2001, p. 12). A contemporaneidade mostra uma “sociedade pedagógica”,

revelando amplos campos de atuação pedagógica. A partir de indicações de Beillerot (1985), podemos definir para o pedagogo duas áreas de ação educativa: escolar e extraescolar, que se tornaram conhecidas como formal e não formal.

Partindo para ações pedagógicas extraescolares ou não formais, existem profissionais que exercem sistematicamente atividades pedagógicas e os que ocupam apenas parte de seu tempo nessas atividades, a exemplo de: Consultores, orientadores, mediadores, instrutores, técnicos, organizadores, formadores que exercem atividades em setores não pedagógicos em órgãos públicos e privados (não estatais), como também ligados aos serviços sociais ou promoção social.

Segundo Gohn (2011, p. 107), a educação não formal, “decorre da intencionalidade de dados sujeitos em criar ou buscar determinadas qualidades e/ou objetivos”. Nesta busca envolve-se os cinco campos de percepção que estão vinculados aos quatro pilares da educação. O primeiro refere-se à conscientização dos sujeitos quanto ao seu papel enquanto cidadão; o segundo refere-se ao desenvolvimento de habilidades e capacidades direcionadas para o trabalho; o terceiro está voltado para a aprendizagem e as práticas voltadas para solução de problemas cotidianos e comunitários; o quarto liga-se a aprendizagem de conteúdos escolares formais acontecendo em ambientes não formais; e o quinto cabe a educação desenvolvida pela mídia.

Consideramos que esse tipo de educação, a não formal, atende tanto crianças, quanto jovens, adultos e pessoas com deficiência e, em alguns casos, tem articulação entre a escola e com o mundo, tornando possível a realização da cidadania por meio da percepção de conhecimentos, habilidades técnicas, novas formas de assistência social, vinculação entre trabalho pedagógico e lutas sociais pela democratização da sociedade, contribuindo na aprendizagem e autonomia dos sujeitos.

Essa ação pedagógica não formal corresponde a um contato mais próximo, mediador e individual, na maioria dos casos juntos, ao sujeito. Para que isso ocorra é necessária uma preparação desse profissional;

É destacada, nesse quadro, a formação de profissionais da educação para atuar em contextos não-escolares. É acentuada a consciência atual da importância e da necessidade da intervenção participante e eficaz desses profissionais no âmbito das práticas socioculturais desenvolvidas, tendo em vista que processos pedagógicos informais estão sempre implícitos nas práticas, efetivadas no plano coletivo e comunitário. Assim, desde as iniciativas de programas de educação popular, dirigidos aos mais heterogêneos segmentos da população não formalmente escolarizada, até as propostas de intervenção pedagógica nas atividades de cunho cultural, desenvolvidas pelos novos e sofisticados meios de comunicação de massa, passando pela necessária liderança nos diversos movimentos sociais, a presença e a participação de



profissionais da educação se fazem relevantes e imprescindíveis (LIBÂNEO, 2011, p 15).

Refletindo na contemporaneidade, os profissionais da Pedagogia que se preparam de maneira formal e sistematizada, tornando-se autores e lideranças culturais que se especializam no exercício de funções pedagógicas nesses ambientes não formais, em alguns casos, não recebem a devida atenção. A grande maioria não percebe a importância das ações destes profissionais que atuam como mediadores da educação, tornando necessário e vital, para os sujeitos inseridos nessa intervenção em espaços não formais, o processo educativo que se viabiliza, tornando-se como prática social e educativa, precisamente por ser dirigido pedagogicamente. É possível considerar que o campo de atuação do pedagogo tem se desenvolvido e estendido para além dos muros da escola formal. Um exemplo seria as casas de acolhimento, como possibilidade de atuação do Pedagogo nesta concepção de espaços não formais.

## **4 A MEDIAÇÃO E A MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA NO CONTEXTO EDUCACIONAL**

O presente capítulo trata a respeito de como surgiu a mediação, conceitos e concepções, e a Mediação pedagógica no contexto educacional, trazendo algumas contribuições teóricas de estudiosos e pesquisadores acerca da temática, enfatizando o perfil e a função do mediador e mediado no ensino e aprendizagem e os espaços de atuação do mediador pedagógico.

### **4.1 SURGIMENTO E CONCEITOS DE MEDIAÇÃO**

A mediação é encontrada como um termo utilizado e oportuno por diversas áreas de conhecimento, a exemplo do direito, da psicologia, antropologia, filosofia, sociologia entre outras, para relatar ações no aspecto social, político e pedagógico. Por vezes, é considerada uma técnica de resolução de conflitos em uma perspectiva jurídica, as vezes tornando-se como uma ponte de ação “intermediária” de relação entre duas ou demais coisas e pessoas, se tratando na perspectiva filosófica, psicológica e religiosa.

De acordo com alguns pesquisadores e estudiosos, a exemplo a pesquisadora e doutora Isabel Marinho da Costa (2013) que em suas pesquisas relata que o conceito de mediação surgiu a milênios. De acordo com os relatos históricos, a mediação era aplicada nas esferas sociais, culturais, religiosas, civis, comerciais, políticas, e outras que demonstrassem necessidade. A pesquisadora e doutora enfatiza a esfera religiosa e afirma uma diversidade de conceitos e concepções singulares e abrangentes sobre o assunto. Ela cita religiões como o Cristianismo, Maçonaria, Logosofia, Ortodoxia, do Gnosticismo, Taoísmo, entre outras que expressam de forma diferenciada e complexa suas crenças e modos de compreender, conviver e estabelecer a mediação com o divino.

Encontramos também a mediação no meio jurídico, nesse setor apresentada como um processo de solução de conflitos, pelo qual uma terceira pessoa, neutra e imparcial, facilita o diálogo entre as partes, para que elas construam, com autonomia, a melhor solução para a questão em que estão envolvidas.

Implementada desde 1970 no sistema judiciário americano, a mediação predomina em todos os Estados do país e é responsável por 75% dos acordos realizados na América do Norte. Neste viés a mediação é um processo consensual e breve, que busca a harmonização dos interesses e, tanto quanto possível, promove a restauração da relação entre as partes.

A mediação chega ao Brasil, oficialmente, por meio Resolução nº 125, de 29/11/2010, do Conselho Nacional de Justiça – CNJ e, mais recentemente, pelas leis de Mediação Lei nº

13.140, de 26 de junho de 2015 e pelo Código de Processo Civil (Lei nº 13.105 de 16 de março de 2015).

A lei de mediação dispõe sobre a mediação entre particulares, regulamenta a atividade do mediador e estabelece critérios para a realização da mediação, enquanto que o Código de Processo Civil estabelece uma fase obrigatória de mediação em todos os processos judiciais, de tal sorte que, antes da sua evolução, as ações judiciais passarão necessariamente por uma fase de mediação.

Meier (2007, p. 37), ao definir mediação na perspectiva jurídica, enfatiza:

Mediação é um procedimento que objetiva promover a aproximação de partes interessadas na consolidação de um contrato, um negócio, um procedimento que visa a composição de um litígio, de forma não autoritária, pela interposição de um intermediário entre as partes em conflito.

Nessa perspectiva jurídica, o autor traz a mediação como resolução de conflitos entre as partes, a atividade deste citado intermediário é ser o mediador que representa a parte interessada, sendo o responsável em mediar a resolução de conflitos. Na mediação pedagógica o mediador é o profissional da educação, seja professor, estudante de graduação, este profissional irá atuar junto aos educandos na mediação de seus conflitos de aprendizagem como também, nos conflitos escolares.

Morais enfatiza algumas características que o mediador deve ter para obter êxito no processo. São elas:

1) A paciência de Jó; 2) a sinceridade e as características do *bulldog* de um inglês; 3) a presença de espírito de um irlandês; 4) a resistência física de um maratonista; 5) a habilidade de um *halfback* de esquivar-se ao avançar no campo; 6) a astúcia de Machiavelle; 7) a habilidade de um bom psiquiatra de sondar a personalidade; 8) a característica de manter confidências de um mudo; 9) a pele de um rinoceronte; 10) a sabedoria de Salomão; 11) demonstração integridade e imparcialidade; 12) conhecimento básico e crença no processo de negociação; 13) firme crença no voluntarismo em contraste ao ditatorialismo; 14) crença fundamental nos valores humanos e potencial, temperado pela habilidade, para avaliar fraquezas e firmezas pessoais; 15) docilidade tanto quanto vigor (1999, p. 154-155).

Essas características, representam muitas habilidades que no caso mediador se apresentam na utilização da comunicação para mediar os interesses das partes. Tornando evidente a mediação na perspectiva de estabelecer uma abertura para as dificuldades na comunicação, cooperando para formação de um pensamento construtivo.

#### 4.2 A MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA NO CONTEXTO EDUCACIONAL

Acerca dessas habilidades características do mediador, podemos observar um processo cognitivo e comportamental deste que, diante de cada caso se oportuniza a negociar sentidos,

necessidades, afetos e saberes com as partes envolvidas, sendo esta uma construção e descoberta de conhecimentos e identidade para com cada situação.

A mediação interage nessa resolução de conflitos, mas não se limita a isso, visto que Costa afirma:

No entanto, a mediação não se limita exclusivamente à resolução de conflitos. Por meio dela, é possível desenvolver a consciência de si, dos outros e mesmo dos direitos e da igualdade social. Reafirmamos isto com base nestas considerações e na nossa perspectiva de que além da finalidade pacificadora, a mediação também possui um caráter pedagógico, educativo. Neste sentido, a mediação torna-se objeto de reflexão das ciências humanas e sociais. (2013, p.31)

A Mediação Pedagógica, dentro e fora da sala de aula tem a finalidade de definir procedimentos educacionais para a melhoria do desempenho de sujeitos que apresentem dificuldades de aprendizagem. Dirigido aos participantes do processo educacional, compreendemos que o ambiente escolar é o espaço privilegiado onde os sujeitos, por meio da mediação, compartilham ideias, dúvidas, experiências e fortalecem a apropriação de novos saberes e conhecimentos.

Essas ações pedagógicas aplicadas e pragmáticas em modelos fragmentadores na maioria das vezes não atendem mais as necessidades da sociedade contemporânea, a qual se constitui de forma modificada. Em relação a existência e surgimento de novos ambientes, além da escola que apresentam essa necessidade para ações pedagógicas, podemos citar como exemplo casas de acolhimento, hospitais, presídios, dentre outros.

Assim como afirma Costa (2013),

Este processo das ações pedagógicas mediadas não se limita a um professor que, no contexto escolar, geralmente, é o que assume a função de orientar o aluno para a aprendizagem, mas, inclui também as situações, os eventos, os objetos, a organização do ambiente-os elementos do mundo cultural que rodeiam o indivíduo.

No processo dessas ações surge então a concepção de Vygotsky de que o desenvolvimento humano se processa através das aprendizagens mediadas decorrentes das múltiplas e complexas interações dos sujeitos, primeiro numa perspectiva interpessoal (sistemas simbólicos) nas atividades coletivas, entre pessoas e depois de maneira intrapessoal (representação mental), do sujeito consigo mesmo.

Vygotsky (1998) afirma que aprendizagem e desenvolvimento estão inter-relacionados e que há uma particularidade quando se trata da aprendizagem na educação formal. Com grande importância no processo de aprendizagem do aprendiz, essa particularidade se revela por meio da atitude docente, isto é, da orientação de um professor na realização de uma atividade na escola.

Tanto o professor quanto o aluno devem ser considerados como sujeitos do processo de

ensinar e de aprender.

Lenoir (2009) classifica a mediação em cognitiva e pedagógico-didática, distinguindo-as. A primeira é intrínseca à relação sujeito-objeto. A aprendizagem é a mediação cognitiva pela qual o aluno, com seus dispositivos internos e com seu equipamento cognitivo, lida com os objetos de estudo. Como afirma o autor: “[...] no meio mesmo da aprendizagem, encontra-se um sistema objetivo de regulação, que assegura a relação do objeto (ou relação de objetivação), quer dizer, uma mediação intrínseca a essa relação” (LENOIR, 2009, p. 20). Já a mediação cognitiva está no meio do processo de aprendizagem, tratando-se de um sistema objetivo de regulação, que assegura a relação do objeto ou a relação de objetivação. Ela está presente nos esquemas cognitivos, que permitem a assimilação e a acomodação do conhecimento, ou ainda a linguagem, enquanto mediadora das relações que estabelecemos com os objetos e com os outros indivíduos. A mediação cognitiva é, então, a mediação no sentido estrito.

Em contraponto e segundo Lenoir (2009), tal mediação não pode existir, no contexto da formação socialmente instituída, sem a intervenção de uma outra, a mediação pedagógico-didática.

A mediação cognitiva, portanto, interage com a mediação pedagógico-didática. De fato, o conhecimento do objeto não conduz a uma apropriação real do objeto, mas a uma construção conceitual, que opera no sujeito como representação mental do objeto. Então, o sujeito (aluno) precisa ser convencido, motivado e seduzido para realizar essa operação restrita de acesso ao saber. Ou seja, o objeto não porta, por si mesmo, o desejo: principalmente para crianças até os 12 anos de idade; é preciso haver uma ação exterior, que atribua um sentido ao objeto, tornando-o desejável, trata-se da mediação pedagógico-didática, um meio de intervenção.

Essa forma de mediação cognitiva com interação na mediação pedagógica-didática na maioria das vezes era utilizada nas nossas ações de intervenção em Casas de Acolhimento através do Acompanhamento Pedagógico Personalizado, pois os adolescentes encontravam-se em desmotivação e fracasso escolar, distorção idade ano, além das dificuldades sociais e vulnerabilidade que enfrentam em suas histórias de vida de destituição familiar e estarem institucionalizados. Nesse contexto é preciso que haja essa ação de nossa parte como mediadores, atribuindo um sentido às atividades de maneira a despertar no sujeito o interesse ao mental, cognitivo do saber e a importância do mesmo, aproximando do sujeito o abstrato.

Conforme afirma Lenoir,

A mediação é, então, pedagógica didática, no que faz fundamentalmente apelo, ao mesmo tempo, às dimensões psicopedagógicas (a relação com os alunos) e às

dimensões didáticas (a relação com o saber/ com os saberes/ de saberes), a fim de colocar em prática as condições consideradas mais propícias à ativação, pelo aluno, do processo de mediação cognitiva (2009, p. 22)

Concordamos com esse posicionamento do autor, reafirmando que ele coloca em questão o papel do professor e do sujeito. Ao observarmos que o professor assume o papel de um mediador por organizar as situações de aprendizagem, procurando favorecer a mediação cognitiva entre o aprendiz e seu objeto de conhecimento, enxergaremos que a relação estabelecida entre sujeito, objeto de conhecimento e o professor estará contribuindo para o desenvolvimento da aprendizagem e das funções mentais do aluno.

Para compreender essa situação, Vygotsky (1998) toma como ponto de partida o Nível de Desenvolvimento Real, que consiste na capacidade de uma pessoa realizar uma ação ou de resolver um problema sozinho. Nesse nível, estariam as funções mentais já amadurecidas, resultantes do processo histórico do sujeito, que refletem a capacidade mental do sujeito naquilo que consegue realizar sozinho.

Na realização da mesma atividade, com orientação do professor, o sujeito atingirá um novo nível de compreensão e aprendizagem. Esse novo nível é denominado Desenvolvimento Potencial e constitui-se na realização de uma atividade com a colaboração, a cooperação, ou mesmo a mediação de um outro sujeito, com maior conhecimento. A distância entre o Nível de Desenvolvimento Real e o Nível de Desenvolvimento Potencial é denominada de Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP).

Conforme Vygotsky (1998, p. 112) afirma,

A distância entre o nível de desenvolvimento real, que se costuma determinar através da solução independente de problemas, e o nível de desenvolvimento potencial, determinado através da solução de problemas sob a orientação de um adulto ou em colaboração com companheiros mais capazes.

Segundo Vygotsky, nessa zona, então, estariam sendo trabalhadas as funções mentais em processo de maturação, representando as potencialidades e possibilidades do desenvolvimento mental, que revelam a capacidade de desenvolvimento e aprendizado a partir da interação com o outro, detentor de maior experiência e maior conhecimento. Pode-se afirmar, então, que a ZDP pressupõe interação e colaboração entre os sujeitos do processo educacional.

É importante destacar nesse sentido que, Vygotsky ressalta que a ZDP permite que educadores e psicólogos tenham à disposição um instrumento que permite entender e acompanhar a trajetória do desenvolvimento mental, um instrumento por meio do qual é possível compreender “[...] não somente dos ciclos e processos de maturação que já foram completados, como também daqueles processos que estão em estado de formação, ou seja, que estão apenas começando a amadurecer e a se desenvolver” (VYGOTSKY, 1998, p. 113).

Ao refletirmos acerca do pensamento de Vygotsky (1998), identificamos a grande importância da atuação docente para com o processo de aprendizagem e arriscamo-nos a deduzir a relevância da realização da mediação pedagógico-didática fundamentada em pressupostos educacionais que privilegiem a interação, a cooperação e a comunicação, em uma perspectiva dialógica, principalmente ao fazer junção de nossas atuações neste processo mediador através do Acompanhamento Pedagógico Personalizado junto a adolescentes institucionalizados em casas de acolhimento.

Faz-se necessário destacar que a mediação está presente em todo o desenvolvimento do sujeito histórico, pois a percepção da realidade se concretiza por um processo de mediação entre o sujeito e o mundo, por intermédio da cultura, com seus diferentes signos e instrumentos produzidos.

Nessa perspectiva, a mediação constitui-se em um princípio educativo que estará presente em todo o processo de vida do sujeito, considerando a relevância, e a importância quando se pensar na mediação no processo educativo, não podendo deixar de considerar a ZDP referenciada por Vygotsky (1998). É nessa zona que o professor irá direcionar sua intervenção e orientação, a partir de uma atuação que privilegie a comunicação e o diálogo, numa perspectiva emancipatória do sujeito, considerando as diferentes linguagens presentes em um determinado tempo histórico.

Vygotsky (1998), entende o desenvolvimento humano com base na concepção de homem como um ser interativo, que constrói seu psiquismo num ambiente que é social, histórico e cultural. Para ele, a psique está socialmente configurada e, ao mesmo tempo, é constituinte do social dentro do processo em que se configura. É nas relações sociais e dialéticas que o homem se constitui e contribui para a constituição e transformação social. “A essência do homem é sua prática social, sua criação, isto é, a construção dos instrumentos através dos quais ele interage com a natureza, desencadeando um processo mútuo de transformação” (PALANGANA, 2001, p. 114).

Os fatores externos e internos são os responsáveis por gerar grande parte das condições necessárias para o sujeito aprender. A escola tem dificuldades em trabalhar com a diversidade de elementos que a realidade produz em cada indivíduo. Pensando assim o fracasso escolar poderia ser solucionado com intervenções pedagógicas adequadas para cada realidade. A dificuldade se encontra na diversidade de realidades e dificuldades apresentadas, e na falta de profissionais com conhecimento para acompanhar as mudanças sociais, e intervir nas problemáticas.

Vygotsky (1998), por sua vez, de maneira semelhante, assume uma posição segundo a

qual o indivíduo nasce como ser biológico, fruto da história filogenética da espécie, mas que, através da inserção na cultura, constituir-se-á como um ser sócio-histórico. Ou seja, o ser humano nasce com as chamadas funções elementares, de natureza biológica.

Cabe à teoria psicológica explicar como tais funções, a partir da inserção cultural, vão se constituir nas chamadas funções superiores, que caracterizam o ser humano. Dessa maneira, mesmo sendo visível as questões de vulnerabilidade social dos adolescentes residentes em casa de acolhimento e sua inserção cultural e social em periferias e áreas de risco, é possível, segundo Vygotsky, tornar este sujeito sócio histórico culturalmente, mas desde que ele seja apresentado e inserido a tais culturas, ou seja a culturas diferentes, com características diferentes. Por isso as atuações dos pedagogos, no Acompanhamento Pedagógico Personalizado, através da mediação pedagógica com estes adolescentes tornaram-se significativa em seus processos de desenvolvimento histórico social, na busca de suas autonomias e empoderamento, assim como no processo de ensino e aprendizagem.



## 5 CENÁRIO DA PESQUISA E PERCURSO METODOLÓGICO

A partir do relato de experiência das ações desenvolvidas no PET- Protagonismo Juvenil em Periferias Urbanas e subprojeto LEHIA- Letramento e Escolarização a partir das Histórias Individuais para a Autonomia, o presente Trabalho de Conclusão de Curso apresenta em sua metodologia uma pesquisa qualitativa e exploratória-descritiva com o objetivo de analisar a atuação do pedagogo na Mediação Pedagógica em casas de acolhimento, reconhecendo a realidade dessas como espaços não formais, averiguando a necessidade de mediação pedagógica dessas e identificando o acompanhamento pedagógico personalizado como estratégia de mediação pedagógica.. Priorizei por um estudo de abordagem qualitativa para ter a possibilidade de “[...] aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas” (MINAYO 2001, p.22).

A pesquisa bibliográfica se desenvolveu a partir de materiais já existentes e, de acordo com Gil (2008, p. 50), “A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente”.

A coleta de dados se deu por técnica de entrevista por áudio-gravação. De acordo com Gil,

Esse tipo de entrevista é menos estruturado possível e só se distinguem da simples conversação porque tem como objetivo básico a coleta de dados. O que se pretende com entrevistas deste tipo é a obtenção de uma visão geral do problema pesquisado, bem como a identificação de alguns aspectos da personalidade do entrevistado (2008, p. 111).

Em busca de uma maior abordagem da realidade pesquisada, oferecendo uma aproximação do problema em questão, a entrevista foi planejada afim de garantir o alcance dos objetivos da pesquisa que são: analisar a atuação do pedagogo na Mediação Pedagógica em casas de acolhimento, reconhecer a realidade de casas de acolhimento como espaços não escolares, averiguar a necessidade de mediação pedagógica nas casas de acolhimento e identificar o acompanhamento pedagógico personalizado como estratégia de mediação pedagógica.

A partir da escolha dos entrevistados ao tratamento de dados foi elaborado um roteiro com questões que serviram para guiar o entrevistador, mas que poderiam se reformular ao decorrer da entrevista. Os dados das entrevistas foram coletados por meio de áudio gravação possibilitando uma melhor análise das falas dos entrevistados, que foram aplicadas aos

adolescentes residentes em casa de acolhimento.

Foram as seguintes questões feitas aos adolescentes em forma de entrevista:

- Qual o seu nome?
- Qual a sua idade?
- Qual série você está na escola?
- Você já repetiu de ano?
- Quantas vezes?
- A quanto tempo participa do Acompanhamento Pedagógico Personalizado que se realiza através da Mediação Pedagógica?
- Você gosta do Acompanhamento Pedagógico Personalizado que se realiza através da Mediação Pedagógica? Justifique.
- O que você mais gosta no momento do Acompanhamento Pedagógico Personalizado que se realiza através da Mediação Pedagógica?
- Você acha que se tivesse o Acompanhamento Pedagógico Personalizado que se realiza através da Mediação Pedagógica, antes, poderia ter lhe ajudado em algo mais?

Outra técnica utilizada foi o questionário como afirma Gil (2008, p. 121)

Pode-se definir questionário como a técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado etc.

O questionário foi elaborado para coletar informações dos coordenadores das casas de acolhimento com o intuito de proporcionar respostas para os objetivos pesquisados. Utilizamos as seguintes perguntas:

- Qual o seu nome?
- A quanto tempo é coordenadora da casa de acolhimento?
- Há quanto tempo você tem convivência com o (a) adolescente na casa de acolhimento?
- Na sua opinião o que o Acompanhamento Pedagógico Personalizado que se realiza através da Mediação Pedagógica tem contribuído para este (a) adolescente na casa de acolhimento?
- Você poderia citar algo que mudou neste (a) adolescente desde que ele (a) tem este Acompanhamento Personalizado que se realiza através da Mediação Pedagógica?
- Você acha importante o Acompanhamento Pedagógico Personalizado que se realiza através da Mediação Pedagógica, pelos estudantes de Pedagogia? Justifique.

Por questão de falta de tempo e urgência em colher os dados fizemos uso do questionário para os participantes da Casa de Acolhimento e utilizamos a entrevista com os adolescentes, considerando em alguns casos o déficit na escrita e leitura, evitando assim o constrangimento aos adolescentes, como também através da análise, teríamos uma boa percepção das respostas. Os participantes escolhidos para o questionário foram os coordenadores da Casa de Acolhimento que possuíam vínculo com os adolescentes e sabiam de sua trajetória de vida.

Para realizar a análise dos dados da pesquisa fizemos uso das três etapas: redução, exibição e conclusão/verificação. A primeira etapa de acordo com Gil (2008, p. 175):

A redução dos dados consiste no processo de seleção e posterior simplificação dos dados que aparecem nas notas redigidas no trabalho de campo. Esta etapa envolve a seleção, a focalização, a simplificação, a abstração e a transformação dos dados originais em sumários organizados de acordo com os temas ou padrões definidos nos objetivos originais da pesquisa.

Esse processo de redução continua ocorrendo durante todo o trabalho até a sua finalização, cabendo a nós atentarmos para a organização e confiabilidade do material pesquisado.

A segunda etapa é a apresentação dos dados que

consiste na organização dos dados selecionados de forma a possibilitar a análise sistemática das semelhanças e diferenças e seu inter-relacionamento. Esta apresentação pode ser constituída por textos, diagramas, mapas ou matrizes que permitam uma nova maneira de organizar e analisar as informações (GIL, 2008, p. 175).

A terceira e última etapa é a conclusão/verificação que, de acordo com GIL, é

A elaboração da conclusão requer uma revisão para considerar o significado dos dados, suas regularidades, padrões e explicações. A verificação, intimamente relacionada à elaboração da conclusão, requer a revisão dos dados tantas vezes quantas forem necessárias para verificar as conclusões emergentes (2008, p. 175).

Assim, dessa forma foi possível fazer a análise das entrevistas e questionários baseando se nas contribuições metodológicas de Antônio Carlos Gil (2008).

## 5.1 CENÁRIO DA PESQUISA

A escolha do *locus* da pesquisa foi feita mediante a atuação nas casas de acolhimento pelo Acompanhamento Pedagógico Personalizado através da mediação pedagógica com adolescentes acolhidos, esta ação faz parte do projeto PET/Conexões de Saberes - Protagonismo Juvenil em Periferias Urbanas, e Subprojeto LEHIA- Letramento e Escolarização a partir das Histórias Individuais para a Autonomia.

Sendo assim, escolhemos as casas onde residiam os adolescentes que já participam do

projeto e do Acompanhamento Pedagógico Personalizado. As casas foram: Morada do Betinho, Casa de Acolhidas Feminina e Casa Missão Restauração, todas situadas em bairros de João Pessoa- Paraíba.

#### 5.1.1 SUJEITOS DA PESQUISA

O Acompanhamento Pedagógico Personalizado que se dá através da mediação pedagógica teve contribuição de mediadores de outros adolescentes.

O contato foi realizado com os adolescentes e coordenadores das casas que se disponibilizaram a participar da pesquisa, sendo entrevistados quatro (4) adolescentes, sendo, dois (2) meninos da casa Morada do Betinho, uma (1) menina da casa de Acolhidas Feminina e uma (1) Menina da casa Missão Restauração. Ainda responderam questionários três (3) coordenadores das casas, sendo uma (1) da Casa de Acolhidas Feminina, uma (1) da casa Missão Restauração e finalizando com uma (1) da casa Morada do Betinho. Os mesmos receberam nomes fictícios para manter sua identidade reservada. Para tanto, foi entregue aos responsáveis legais de cada Casa de Acolhimento, um termo de consentimento, para que pudessem participar da pesquisa, no qual o modelo utilizado, está no anexo do apêndice C do referido trabalho.

Os adolescentes da casa Morada do Betinho foram chamamos de Mateus e Lucas, e a coordenadora foi identificada por Estrela. Já na Casa de Acolhida Feminina a adolescente foi chamada de Ester e a coordenadora de Lua. Para a Casa Missão Restauração identificamos a adolescente como Maria e a coordenadora como Sol.

## **6 . ANALISANDO A ATUAÇÃO DO PEDAGOGO ATRAVÉS DA MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA: ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

Neste capítulo será apresentado a análise do material coletado nos questionários feitos com as três coordenadoras das Casas de Acolhimento e entrevistas feita com quatro adolescentes residentes em casas de acolhimento e que são participantes do projeto PET/Conexão de Saberes - Protagonismo juvenil em Periferias Urbanas, levando em consideração os objetivos propostos que são: averiguar a necessidade de mediação pedagógica nas casas de acolhimento e identificar o acompanhamento pedagógico personalizado como estratégia de mediação pedagógica.

A partir das análises dos dados das entrevistas e questionários pudemos extrair informações que definiram os seguintes tópicos: A importância da atuação do pedagogo através da mediação pedagógica junto a adolescentes acolhidos, a concepção das casas de acolhimento como campo de atuação para pedagogos por se tratar de espaços educacionais não formais, as contribuições do Acompanhamento Pedagógico Personalizado através da mediação pedagógica para os adolescentes acolhidos das casas de acolhimento.

### **6.1 O ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO PERSONALIZADO COMO ESTRATÉGIA DE MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA**

Através das falas dos adolescentes entrevistados e coordenadoras das casas de acolhimento foi possível identificar que este Acompanhamento Pedagógico Personalizado, realizado através da mediação pedagógica, se torna uma oportunidade do profissional Pedagogo se tornar mediador e, através da mediação pedagógica, poder aplicar atividades de intervenção significativas junto aos adolescentes residentes em casas de acolhimento que possuíam um baixo nível de escolarização e muitas dificuldades de aprendizagens. Quando perguntado aos adolescentes a quanto tempo participam do projeto e se gostam do Acompanhamento Pedagógico Personalizado que se realiza através da Mediação Pedagógica, obtivemos as seguintes respostas.

Eu tenho 14 anos. Gosto das atividades de matemática que a mediadora traz, me ajuda na escola, nas provas e nos trabalhos, eu passei 5 anos sem estudar, por causa de problemas na família, faço hoje o 7º ano, então tenho algumas dúvidas, aí quando a tia mediadora traz as atividades me ajuda muito (Mateus).

Eu tenho 15 anos, faço o 7º ano, estudo de manhã e já repeti de ano duas vezes. Eu gosto quando a mediadora traz atividades, porque é a hora que eu paro para estudar. Eu já participo desse projeto a três anos e me ajuda muito na escola (Lucas).

Eu estou no projeto a três anos, e gosto das atividades da minha mediadora, porque faz produzir textos e falar sobre os sonhos e isso é bom. Faço o 9º ano a tarde e tenho 17 anos, e já repeti de serie umas duas ou três vezes (Ester).

Eu já estou no projeto com mediadora a três anos, eu gosto do acompanhamento, mas as vezes tenho preguiça, mas toda vez a mediadora vem, aí vi que ela não ia desistir, então eu tinha que ir. Eu tenho 16 anos e faço o 6º ano, passei quatro anos sem estudar, por causa de uns problemas aí, quando eu não estava aqui na casa. A tia da mediação me ajuda em aprender coisas novas que eu não conhecia (Maria).

Diante das respostas já observamos que estes adolescentes são de origem popular e com alto índice de Vulnerabilidade social. Alguns passaram anos sem frequentar a escola por questões familiares e possuem baixa escolarização e muitas dificuldades de aprendizagem, por esses motivos se faz necessário a atuação de um profissional como o Pedagogo para mediar essas situações de dificuldades. O pedagogo é o profissional que atua em várias instâncias da prática educativa, indireta ou diretamente vinculadas à organização e aos processos de aquisição de saberes e modos de ação, com base em objetivos de formação humana definidos em uma determinada perspectiva. Em resumo,

A Pedagogia, mediante conhecimentos científicos, filosóficos e técnico-profissionais, investiga a realidade educacional em transformação, para explicitar objetivos e processos de intervenção metodológica e organizativa referentes à transmissão/assimilação de saberes e modos de ação. Ela visa o entendimento, global e intencionalmente dirigido, dos problemas educativos e, para isso, recorre aos aportes teóricos providos pelas demais ciências da educação (LIBÂNEO,1997. p.10).

Nessa mesma perspectiva do Acompanhamento Pedagógico Personalizado, com estratégia para mediação pedagógica junto a esses adolescentes residentes de casas de acolhimento, perguntamos em questionário às coordenadoras das casas, se na opinião delas esse Acompanhamento que se realiza através da Mediação Pedagógica tem contribuído para estes adolescentes e obtivemos as seguintes respostas:

Sou coordenadora da casa a 4 anos, e convivo com esta adolescente a 5 anos, pois antes já a conhecia da casa, e esse Acompanhamento Pedagógico Personalizado está refletindo de forma positiva a ponto de causar uma reflexão maior da adolescente, na perspectiva de seu projeto de vida, que os estudos é uma alternativa para um ingresso na carreira profissional e na melhoria de sua vida (Lua).

Estou na coordenação desde o dia 11.04.2015. Convivo com o adolescente desde o dia 04.03.2015. Na minha compreensão o Acompanhamento Pedagógico veio a somar, porque o adolescente Mateus apresentava muitas dificuldades na escola e também com suas tarefas de casa. Após a implantação do Projeto LEHIA e PET, observei que ele tem avançado consideravelmente. O adolescente Lucas até então tinha muitas dificuldades, agora ele já consegue assimilar melhor as coisas e está desenvolvendo suas atividades bem melhor (Estrela).

Sou coordenadora da casa a três meses, mas como educadora social atuo a mais de 20anos. Convivo com a adolescente Maria a um ano e meio. Na casa ela se mostra mais interessada para aprender coisas novas. Na escola mostra desejo de aprender mais, não só no conhecimento escolar, como em conhecimento geral (Sol).

Na fala das coordenadoras percebemos que ocorreu uma melhora na motivação e

aprendizagem desses adolescentes. Considerando o maior tempo de convivência com estes, elas conhecem as problemáticas em suas vidas e as dificuldades que os cercam. O Acompanhamento Pedagógico Personalizado, se dá através da mediação pedagógica, contribui para superação do fracasso escolar desses jovens, desenvolvendo neles outra visão de mundo, pois, para muitos deles, falta motivação e resiliência. A mediação interage nessa resolução de conflitos, mas não se limita apenas a isso, Costa (2013, p. 31) afirma,

No entanto, a mediação não se limita exclusivamente à resolução de conflitos. Por meio dela, é possível desenvolver a consciência de si, dos outros e mesmo dos direitos e da igualdade social. Reafirmamos isto com base nestas considerações e na nossa perspectiva de que além da finalidade pacificadora, a mediação também possui um caráter pedagógico, educativo. Neste sentido, a mediação torna-se objeto de reflexão das ciências humanas e sociais.

Se torna perceptível a importância dessa prática mediadora por um profissional da educação, ainda mais quando esse profissional se torna sensível as especificidades desses adolescentes, que requerem um atendimento diferenciado devido as suas histórias de vida, que são de exclusão social e abandono, além de terem seus direitos violados e por isso estarem na condição de institucionalizados.

Ao serem perguntados sobre o que mais gostam no momento do Acompanhamento Pedagógico Personalizado, obtivemos as seguintes respostas:

Gosto mais porque me ajuda nas tarefas, e também porque é a única hora que estudo em casa (Maria).

Gosto das mais quando tem atividades de matemática e da visita da mediadora (Mateus).

Gosto mais das conversas que tenho com a mediadora, sobre tudo, problemas, meninas, e gosto também porque me incentiva a estudar (Lucas).

No momento do Acompanhamento Pedagógico, o que mais gosto é de conversar, sobre as novidades, ter alguém que me escute é bom (Ester).

Ao analisarmos as respostas obtidas, percebemos a carência afetiva desses jovens, além da lacuna que causa não ter no quadro profissional um pedagogo para dar orientação educacional a estes. Percebemos ainda que as casas de acolhimento são espaços não formais, onde há prática educativa com sujeitos que precisam de intervenção significativa de ensino e aprendizagem. Para as coordenadoras lhe perguntamos no questionário nessa perspectiva se seria importante o Acompanhamento realizado por um estudante de Pedagogia, e obtivemos as seguintes respostas:

Sim, é extremamente importante ter um profissional capacitado para auxiliar nessa questão educacional, bem como na reflexão desses adolescentes sobre seu futuro profissional (Lua).

Sim, é muito importante, pois desinibe a adolescente, fazendo se sentir à vontade para expor suas dificuldades de aprendizagem (Sol).

Sim, acho de extrema importância pois o conhecimento e o aprendizado e tudo. Somos eternamente gratos aos estudantes de Pedagogia, porque com a chegada deles em nossa casa, veio a contribuir para um melhor desempenho de caráter e formação dos acolhidos (Estrela).

A fala da coordenadora Estrela nos demonstra o quanto esse projeto junto a esses adolescentes nos torna profissionais preparados para lidar com um público que está em crescente número em nosso país de desigualdade social, aqueles que fazem parte de uma vulnerabilidade social e carecem de um acompanhamento em espaços não formais, pois apenas o ensino da escola não supria as dificuldades sociais e educacionais. Visto que a escola, na maioria das vezes, não consegue ter acesso à história de vida de adolescentes e crianças que vivem em situação de abandono e que tiveram seus direitos violados. Para Gohn (2011), a exclusão social já não se limita às camadas populares, pois leva-se em conta a renda social, saúde, moradia e educação. Nesta concepção, podemos ressaltar que,

[...] à medida que a sociedade se tornou tão complexa, há que se expandir a intencionalidade educativa para diversos contextos, abrangendo diferentes tipos de formação necessários ao exercício pleno da cidadania. Nessa perspectiva, as referências e reflexões sobre as diversas formas e meios de ação educativa deverão também constar do rol de atribuições de um pedagogo, e, mais que isto, referendar seu papel social transformador. (CARNEIRO e MACIEL, p.2)

Segundo Gohn (2011, p. 107) a educação não formal, ou extraescolar “decorre da intencionalidade de dados sujeitos em criar ou buscar determinadas qualidades e/ou objetivos”. Nesse sentido atuamos em casas de acolhimento oportunizada pelo projeto PET/Conexões de Saberes – Protagonismo Juvenil em Periferias Urbanas, para criar e buscar qualidades e objetivos de ensino e aprendizagens em uma perspectiva popular, intervindo criticamente e reflexivamente na vida desses adolescentes em situação de acolhimento institucional.

## 6.2 A NECESSIDADE DE MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA NAS CASAS DE ACOLHIMENTO

De acordo com as análises das respostas obtidas, tanto dos questionários, quanto das entrevistas, pudemos constatar as casas de acolhimento como espaços não formais e as necessidades que esses adolescentes possuem de ter o Acompanhamento Pedagógico Personalizado. Este se realizou através da mediação pedagógica pelos estudantes de graduações, incluindo o curso de Pedagogia. Em constatação a essas afirmações perguntamos nas entrevistas aos adolescentes se eles achavam que se tivessem esse Acompanhamento que se realiza através da Mediação Pedagógica a mais tempo, poderia ter lhes ajudado em algo mais,



e obtivemos as seguintes respostas:

Acredito que teria me ajudado a me dedicar mais nos estudos, pois eu sempre fui meio assim, sem vontade, e não gosto de participar de nada. Acho que teria feito eu ter coragem de participar das coisas na escola (Maria, 16 anos).

Se eu tivesse antes. Seria bem melhor, tinha pedido para ir à escola e já estaria perto de terminar os estudos. Tinha me orientado que o estudo é bom para gente (Mateus, 14 anos).

Se eu já tivesse a mais tempo, acho que não teria repetido de ano. Porque eu teria mais incentivo de estudar e ir à escola e aprender as coisas (Lucas, 15 anos).

Há tia! É claro que se a gente tivesse alguém que nos orientasse, para explicar que o estudo é importante, se preocupar com agente, e nos ajudar nas tarefas como é agora, teria sido bem melhor para a gente (Ester, 17 anos).

A fala dos adolescentes deixa claro a necessidade de um cuidado, de atenção, de orientação para suas vidas. Essa fase da adolescência é onde se está na busca por identidade e por uma sensação de pertencimento. Estes jovens que, mesmo com vidas afetadas socialmente, ainda vão à escola e recebem as pessoas do projeto e participam deste, demonstra como diz Bernad Charlot (2000), que eles são capazes de redimensionar suas ações, em vista a não tornar as condições de fracasso nas quais estão inseridos fator determinante para uma condição de vida futura.

Por isso a necessidade de ter essa mediação para guiar esses jovens a esse redirecionamento. Vygotsky (1998), ainda, entende o desenvolvimento humano com base na concepção de homem como um ser interativo, que constrói seu psiquismo num ambiente que é social, histórico e cultural. Para ele, a psique está socialmente configurada e, ao mesmo tempo, é constituinte do social dentro do processo em que se configura. É nas relações sociais e dialéticas que o homem se constitui e contribui para a constituição e transformação social. “A essência do homem é sua prática social, sua criação, isto é, a construção dos instrumentos através dos quais ele interage com a natureza, desencadeando um processo mútuo de transformação” (PALANGANA, 2001, p. 114).

Considerando, ao analisar as respostas, esse processo de transformação histórico cultural desses adolescentes em situação de vulnerabilidade, perguntamos as coordenadoras das casas de acolhimento se elas poderiam citar algo que mudou nestes adolescentes desde que eles têm participado do Acompanhamento Pedagógico Personalizado que se realiza através da Mediação Pedagógica, e obtivemos as seguintes respostas:

Na minha opinião eles os adolescentes Mateus e Lucas estão mais interessados no que se refere ao aprendizado e conhecendo melhor os assuntos a serem estudados. Sempre interessados a fazer as atividades e bem menos introspectivos. É como se tivessem acordado para vida (Estrela).

A adolescente que possui este Acompanhamento, está mais focada nos estudos, demonstra um interesse maior na aprendizagem melhorou seu comportamento e suas notas (Lua).

Se interessa mais pelos estudos, está obtendo um melhor desempenho na escola melhorando suas notas e na casa seu comportamento está menos agressivo (Sol).

Ao nos depararmos com estas respostas, e ao analisarmos-las, nos emocionamos. Pois, percebemos que geramos algo de significativo com resultado positivo na vida desses adolescentes, que tem tinham tão pouco e cujas vidas já tanto lhes tirou. Nessa perspectiva de observar as mudanças satisfatórias nesses adolescentes, identificamos a necessidade da mediação pedagógica junto a esses nas casas de acolhimento, o que se deu através do Acompanhamento Pedagógico Personalizado que se realizou através da Mediação Pedagógica.

Podemos refletir acerca dessas ações pedagógicas aplicadas e pragmáticas em modelos fragmentadores na maioria das vezes não atendem mais as necessidades da sociedade contemporânea, a qual se constitui de forma modificada. Em relação a existência e surgimento de novos ambientes, além da escola que apresentam essa necessidade para ações pedagógicas, podemos citar como exemplo casas de acolhimento, hospitais, presídios, dentre outros.

Assim como afirma Costa (2013, p. 51),

Este processo das ações pedagógicas mediadas não se limita a um professor que, no contexto escolar, geralmente, é o que assume a função de orientar o aluno para a aprendizagem, mas, inclui também as situações, os eventos, os objetos, a organização do ambiente-os elementos do mundo cultural que rodeiam o indivíduo.

Ainda assim, concordamos que é na educação formal que os saberes são sistematizados, portanto, esse formato de educação favorece a construção dos conhecimentos (GOHN, 2006).

Nessa perspectiva, enquanto membros do curso de Pedagogia concordamos com a autora, pois a escola se faz necessária para o sujeito contribuindo no campo do saber sistematizado, relações sociais e vínculos. Mesmo na existência de muitos agravantes no ensino-aprendizagem, mas há profissionais que desenvolvem um trabalho onde o sujeito é visto com valor e de direitos. Em contrapartida, os espaços não formais são carentes de profissionais da educação, no sentido de suas vulnerabilidades, e por isso se faz necessário a atuação, com intervenção educativa com os sujeitos que residem ou frequentam esses espaços não formais que na maioria dos casos também frequentam os espaços formais da educação.

E atribuímos o bom desempenho das entrevistas e questionários que tivemos com as Casas a uma parceria que foi fundamental para que pudéssemos estar por dois anos seguidos fazendo com que os objetivos do projeto fossem alcançados.

Considerando esses fatores como influenciadores tanto no desenvolvimento pessoal desses adolescentes, quanto no desenvolvimento escolar, além de nos proporcionar enquanto

estudantes de graduação, uma experiência voltada para o ensino, pesquisa e extensão, fica claro a importância da atuação do pedagogo e da mediação pedagógica nas casas de acolhimento, junto a adolescentes institucionalizados e sua necessidade nesses espaços não formais da educação.

### 6.3 CONSIDERAÇÕES ÉTICAS DA PESQUISA

É importante destacar acerca das regras éticas, pois a intenção é que estas sejam respeitadas. Com isso tomaremos como parâmetro a resolução 466/12, conforme preconiza o Conselho Nacional de Saúde. Ressaltamos ainda que o anonimato dos sujeitos será preservado e quaisquer outros meios que venham causar constrangimentos aos sujeitos pesquisados. A instituição será informada quanto à coleta de informações assim como os responsáveis pelos adolescentes por serem estes de menor idade. Para tanto, assinarão um documento previamente elaborado autorizando o acesso aos documentos institucionais.

Será garantido aos entrevistados o anonimato, o esclarecimento acerca dos objetivos do estudo, o sigilo das informações coletadas, ficando assegurado o acesso aos resultados da pesquisa. Assim, só será realizada a pesquisa, após assinatura do Termo de Consentimento e Livre Esclarecido (TCLE).

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do presente estudo possibilitou uma análise sobre a importância da atuação do Pedagogo através da mediação pedagógica em Casas de Acolhimento e uma reflexão acerca da necessidade de mediação pedagógica nessas casas e como o acompanhamento pedagógico personalizado pode ser estratégia de mediação pedagógica para tais ações. A oportunidade de participar do PET- Protagonismo Juvenil em Periferias Urbanas / 2017 e 2018, trouxe essas inquietações ao decorrer de nossas formações enquanto Pedagogos, alunos e participantes desse projeto de pesquisa e extensão.

Ao mantermos contato com estes adolescentes, nas atuações do projeto, participamos um pouco da gravidade de suas dificuldades, e mensuramos a importância para suas vidas, que já são marcadas por abandonos e violação de direitos.

Antes de participarmos deste projeto e mantermos contato com os adolescentes acolhidos, nós não tínhamos conhecimento dessas casas nem da situação de crianças e adolescentes sob tutela do estado, conhecíamos apenas o conselho tutelar, mas como foco em denúncia de maus tratos. E, por falta de conhecimento, algumas pessoas chegam a estereotipar esses adolescentes, o que não foi nosso caso, porque de fato não tínhamos o conhecimento, mas alguns confundem os menores acolhidos com menores infratores, e desconhecem que estes adolescentes e crianças tiveram seus direitos violados.

A partir da atuação no projeto, através do Acompanhamento Pedagógico Personalizado, que se dá na mediação pedagógica, fomos percebendo que aquelas ações de intervenção, as atividades que tinham sido propostas, teriam se tornado significativas para os adolescentes, a ponto de vermos a participação melhor na escola, no comportamento e até mesmo melhoras nas notas, além de uma melhor convivência na casa onde residem, até mesmo, a resistência que havia para participar das atividades com o passar do tempo foi diminuindo.

Este trabalho é uma forma de tornar visível que a mediação, o Pedagogo e a atuação de outros profissionais tem surtido efeitos relevantes para este público que se encontra em baixo nível de escolaridade e pertencem a um grupo de exclusão e vulnerabilidade social. Esses espaços são espaços não formais, no entanto é possível desenvolver a aprendizagem e ensino com estes jovens. Na maioria das vezes a desmotivação e indisciplina, no ambiente escolar e na casa de acolhimento, provém da baixa autoestima que os faz se sentirem fora do contexto social das outras crianças e jovens.

Através das falas e questionário foi possível alcançar um dos objetivos da pesquisa que era analisar a importância do Pedagogo na mediação pedagógica, e pudemos perceber o quanto

somos sujeitos transformados e transformadores. Pois tais relações parecem ter influenciando significativamente tanto em nós quanto nos adolescentes.

Observamos que diante da organização social vigente, algumas escolas deveriam aprender a se libertar da condição de reprodutora, de um sistema, e apresentar-se como uma instituição que instiga o povo a dizer o que pensa e é necessário ser dito, a lutar para livrar-se de seus medos, a saber diferenciar o certo do errado. Nesse sentido a mediação junto a estes adolescentes que carecem desse Acompanhamento, e necessitam dessa educação libertadora, para serem protagonistas de suas vidas, em contraponto a escola não consegue se aproximar desses alunos e conhecer suas histórias de vida, e lhes orientar, ajudando a dar sentido a educação em suas vidas, para muitos adolescentes acolhidos, estudar, ir à escola, não fez nenhum sentido, devido as suas circunstâncias de abandono e rejeição.

Ao decorrer da pesquisa os objetivos propostos se cruzam em um único propósito: A necessidade da mediação pedagógica em casas de acolhimento, tendo como estratégia o Acompanhamento Pedagógico Personalizado, neste campo de atuação não formal, que é a casa de acolhimento. Ressaltando que esta pesquisa vem trazer visibilidade a estes adolescentes de vulnerabilidade social e institucionalizados, que carecem desses profissionais para auxiliá-los no processo de ensino-aprendizagem, é um resultado positivo de um trabalho com sujeitos com inúmeros entraves, muitas vezes estereotipados pela sociedade. Esses adolescentes, estão inseridos em políticas públicas e carecem dessa visibilidade social, pois a mediação pedagógica, através de pedagogos em formação que atuaram com eles nas casas de acolhimento, demonstrou efeitos de reflexão, criticidade nos adolescentes acerca do ensino e aprendizagem, bem como nas estruturas de formação de autonomia desses jovens.

Este trabalho foi determinante para nossa formação acadêmica, pois através dessas inquietações pudemos perceber nossa paixão para trabalharmos com esses adolescentes, nos direcionando enquanto profissionais da Pedagogia, além de nos proporcionar, no universo acadêmico, a oportunidade do ensino da pesquisa e a vivência da extensão.

Conclui-se que a contribuição dos adolescentes em responder as entrevistas, a alegria de participarem de uma pesquisa, já nos demonstra que suas concepções a respeito da educação e dos estudos estão sendo transformadas, aos poucos as atividades significativas, vão gerando resiliência e perspectiva de vida. As coordenadoras das casas demonstraram muito interesse para colaborar com a pesquisa, elas apoiam o projeto e demonstraram o quanto as ações tem contribuído para vida desses adolescentes na questão social e educacional, demonstrando que a atuação do Pedagogo através da mediação pedagógica, é necessária para espaços não formais como estas casas de acolhimento.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. CNAS e CONANDA: Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes. **CNAS - Conselho Nacional de Assistência Social**. 2009. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/cnas/noticias/cnas-e-conanda-orientacoes-tecnicas-servicos-de-acolhimento-para-criancas-e-adolescentes-1>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

\_\_\_\_\_. Senado Federal. Lei n. 8.069 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, 16 de julho de 1990. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm)>. Acesso em: 16 jan. 2018.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm)>. Acesso em: 15 jan. 2018.

CARNEIRO, Isabel Magda Said Pierre; MACIEL, Maria José Camelo. **Pedagogia e Pedagogos em diferentes espaços: interdisciplinaridade pedagógica**. (s.a.)

CHARLOT, Bernard. **Da Relação com o Saber: Elementos para uma Teoria**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

COSTA, Isabel Marinho da. **CONCEPÇÕES DE MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA: a análise de conteúdo a partir da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD (2000-2010)**. 2013. 164 p. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6º ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não-formal e cultura política**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

\_\_\_\_\_. **Educação não-formal na pedagogia social**. In: I CONGRESSO INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA SOCIAL, 1., 2006. Proceedings online. Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo.

LENOIR, Y. L'intervention éducative, un construit théorique pour analyser les pratiques d'enseignement. *Nouveaux Cahiers de la Recherche en Éducation*. Sherbrook: Éditions du CRP, v. 12, n. 1, p. 9-29, 2009.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; THOSCHI, Mirza Seabra. **Educação Escolar: Políticas, Estrutura e Organização**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

OLIVEIRA, R. I. R.; GASTAL, M. L. **Educação Formal Fora da Sala de Aula: Olhares sobre o Ensino de Ciências Utilizando Espaços Não Formais**. In: VII ENPEC - Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências, Florianópolis. 2009.

RAOPORT, Andrea; SILVA, Sabrina Boeira da. **Desempenho escolar de crianças em situação de vulnerabilidade social**. REVISTA EDUCAÇÃO EM REDE: FORMAÇÃO E PRÁTICA DOCENTE - ISSN 2316-8919, [S.l.], v. 2, n. 2, abr. 2013. ISSN 2316-8919.

SCOZ, Beatriz. **Psicopedagogia e Realidade escolar: O Problema Escolar e de Aprendizagem**. 3<sup>a</sup> ed. Petrópolis: Vozes, 1996. Disponível em: <<http://ojs.cesuca.edu.br/index.php/educacaoemrede/article/view/410>>. Acesso em: 03 jan. 2018.

VIEGAS, Simone Soares. **A Política de Atendimento a Crianças e Adolescentes em Abrigos de Belo Horizonte: história, organização e atores envolvidos**. Belo Horizonte: PUC MINAS, 2007.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e linguagem**. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

VYGOTSKY, L.S. **Aprendizagem e desenvolvimento intelectual na idade escolar**. In: VYGOTSKY, L.S. et al. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. São Paulo: Ícone; EDUSP, 1988.

## APÊNDICES

### APÊNDICE “A”

#### **Perguntas para Entrevista**

Sujeitos: Adolescentes

1. Qual seu nome?
2. Qual sua idade?
3. Qual serie está na escola?
4. Você já repetiu de ano?
5. Quantas vezes?
6. Há quanto tempo participa do acompanhamento pedagógico personalizado que e realizado através da mediação pedagógica?
7. Você gosta do Acompanhamento Pedagógico Personalizado que e realizado através da mediação pedagógica? Justifique.
8. O que você mais gosta no momento do Acompanhamento Pedagógico personalizado que e realizado através da mediação pedagógica? Justifique.
9. Você acha que se tivesse o Acompanhamento Pedagógico Personalizado que e realizado através da mediação pedagógica, antes, poderia ter lhe ajudado em algo mais? O que por exemplo?

Obrigada.





---

---

5. Você poderia citar algo que mudou neste adolescente desde que ele (a) tem este Acompanhamento Pedagógico Personalizado que e realizado através da mediação pedagógica?

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

6. Você acha importante o Acompanhamento Pedagógico Personalizado que e realizado através da mediação pedagógica, pelos estudantes de pedagogia? Justifique.

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

Obrigada.

## APÊNDICE “C”

## TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO-TCLE

Pelo presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido eu, \_\_\_\_\_, em pleno exercício dos meus direitos me disponho a participar da Pesquisa **“O Pedagogo e a mediação pedagógica em casas de acolhimento: uma experiência do Pet/Conexões de Saberes protagonismo juvenil em periferias urbanas”**.

Declaro ser esclarecido e estar de acordo com os seguintes pontos:

O trabalho **“O Pedagogo e a mediação pedagógica em casas de acolhimento: uma experiência do Pet/Conexões de Saberes protagonismo juvenil em periferias urbanas”**.

terá como objetivo geral **Analisar a atuação do pedagogo na Mediação Pedagógica em casas de acolhimento**. Ao voluntário só caberá a autorização para responder em mode de questionário e não haverá nenhum risco ou desconforto ao voluntário.

- Ao pesquisador caberá o desenvolvimento da pesquisa de forma confidencial, revelando os resultados ao médico, indivíduo e/ou familiares, cumprindo as exigências da Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde/Ministério da Saúde.
- O voluntário poderá se recusar a participar, ou retirar seu consentimento a qualquer momento da realização do trabalho ora proposto, não havendo qualquer penalização ou prejuízo para o mesmo.
- Será garantido o sigilo dos resultados obtidos neste trabalho, assegurando assim a privacidade dos participantes em manter tais resultados em caráter confidencial.
- Não haverá qualquer despesa ou ônus financeiro aos participantes voluntários deste projeto científico e não haverá qualquer procedimento que possa incorrer em danos físicos ou financeiros ao voluntário e, portanto, não haveria necessidade de indenização por parte da equipe científica e/ou da Instituição responsável.
- Qualquer dúvida ou solicitação de esclarecimentos, o participante poderá contatar a equipe científica no número (083) **83.98855-2631 com Edgina Magally Alves Vitorino**.
- Ao final da pesquisa, se for do meu interesse, terei livre acesso ao conteúdo da mesma, podendo discutir os dados, com o pesquisador, vale salientar que este documento será impresso em duas vias e uma delas ficará em minha posse.
- Desta forma, uma vez tendo lido e entendido tais esclarecimentos e, por estar de pleno acordo com o teor do mesmo, dato e assino este termo de consentimento livre e esclarecido.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do pesquisador responsável

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Participante

# TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO-TCLE

Pelo presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido eu, \_\_\_\_\_, em pleno exercício dos meus direitos autorizo a participação do \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ anos na a Pesquisa "**O Pedagogo e a mediação pedagógica em casas de acolhimento: uma experiência do Pet/Conexões de Saberes protagonismo juvenil em periferias urbanas**".

Declaro ser esclarecido e estar de acordo com os seguintes pontos:

O trabalho **O Pedagogo e a mediação pedagógica em casas de acolhimento: uma experiência do Pet/Conexões de Saberes protagonismo juvenil em periferias urbanas**, terá como objetivo geral, **Analisar a atuação do pedagogo na Mediação Pedagógica em casas de acolhimento.**

Ao responsável legal pelo (a) menor de idade só caberá a autorização para que **será através de gravação** e não haverá nenhum risco ou desconforto ao voluntário.

Ao pesquisador caberá o desenvolvimento da pesquisa de forma confidencial, revelando os resultados ao médico, indivíduo e/ou familiares, se assim o desejarem, cumprindo as exigências da Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde/Ministério da Saúde.

O Responsável legal do menor participante da pesquisa poderá se recusar a participar, ou retirar seu consentimento a qualquer momento da realização do trabalho ora proposto, não havendo qualquer penalização ou prejuízo para o mesmo.

Será garantido o sigilo dos resultados obtidos neste trabalho, assegurando assim a privacidade dos participantes em manter tais resultados em caráter confidencial.

Não haverá qualquer despesa ou ônus financeiro aos participantes voluntários deste projeto científico e não haverá qualquer procedimento que possa incorrer em danos físicos ou financeiros ao voluntário e, portanto, não haveria necessidade de indenização por parte da equipe científica e/ou da Instituição responsável.

Qualquer dúvida ou solicitação de esclarecimentos, o participante poderá contatar a equipe científica no número (083) **83.98855-2631** com **Edgina Magally Alves Vitorino**.

Ao final da pesquisa, se for do meu interesse, terei livre acesso ao conteúdo da mesma, podendo discutir os dados, com o pesquisador, vale salientar que este documento será impresso em duas vias e uma delas ficará em minha posse.

Desta forma, uma vez tendo lido e entendido tais esclarecimentos e, por estar de pleno acordo com o teor do mesmo, dato e assino este termo de consentimento livre e esclarecido.

Assinatura do Pesquisador Responsável \_\_\_\_\_

Assinatura do responsável legal pelo menor \_\_\_\_\_

Assinatura do menor de idade \_\_\_\_\_

Assinatura Dactiloscópica  
Responsável legal